

Projeto **POVOS**
Território, Identidade e Tradição

TERRITÓRIOS DO

CA RA PI TAN GA

Plantação

Plantação

Campo

Territórios do Carapitanga 2021

O povo que planta e pesca,

Canta, dança e faz festa
no seu pedaço de chão,

Abastece a sua mesa e
agradece a natureza em
qualquer religião.

Seu lugar, seu oratório.

Tirar o seu território é
calar a tradição.

Luís Perequê

Executante



Empreendedor



Órgão Licenciador



A realização do Projeto Povos é
uma exigência do licenciamento
ambiental federal, conduzido
pelo Ibama.

Parceiros



OBSERVATÓRIO
DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E
SAUDÁVEIS DA BOCAINA



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

FÓRUM DE
COMUNIDADES
TRADICIONAIS
ANGRÁ • PARATY • UBATUBA



CONAQ
Coordenação Nacional de
Articulação das Comunidades
Negras Rurais Quilombolas

COORDENAÇÃO NACIONAL
DE COMUNIDADES TRADICIONAIS
CAIÇARAS



Realização:

Associação Comunitária Indígena Guarani (ACIGUA) Comunidade Guarani Mbya da Aldeia Itaxi Mirim
 Associação de Moradores do Quilombo Campinho (AMOCQ)
 Associação de Moradores de Paraty Mirim (AMPM)
 Associação Comunitária Indígena da Araponga (ACIAR) Comunidade Guarani Mbya da Aldeia Guyratapu
 Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis (OTSS)
 Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (FCT)
 Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

Coordenação geral:

Fabiana Miranda

Coordenação de Campo / Carapitanga:

Anna Maria Andrade e Gabriela Muruá

Pesquisadores de Campo / Carapitanga:

Ariane Rosa Martins, Alexandre Karai Benite, Carolina Santos, Julio Garcia Karai, Lohan Paulo dos Santos, Ronaldo dos Santos

Textos:

Gabriela Muruá, Anna Maria Andrade, Fabiana Miranda, Santiago Bernardes

Revisão Técnica:

Vinícius Carvalho, Anna Maria Andrade e Gabriela Muruá

Mapas:

João Oswaldo Cruz, Nicholas Saraiva, Tiê Passos

Fotos:

Anna Maria Andrade, Eduardo Di Napoli, Felipe Scapino, Gabriela Muruá, Tiê Passos

Projeto Gráfico e Edição de Imagens:

Eduardo Di Napoli, Tiê Passos

Diagramação:

Eduardo Di Napoli, Tiê Passos

Ilustrações e infográficos:

Tiê Passos

Tradução de entrevistas em Guarani:

Alexandre Karai Benite

Transcrição de Entrevistas:

Heloísa Vianna
 OTSS - EQUIPE PROJETO POVOS

Coordenação Geral:

Edmundo Gallo e Vagner Nascimento

Coordenação de Gestão Territorializada:

Fabiana Miranda

Coordenação de Campo / Povos:

Anna Maria Andrade, Cristiano Lafetá, Gabriela Muruá

Pesquisadores de Campo (FCT) / Povos:

Alexandre Karai Benite, Ana Carolina Santana Barbosa, Ariane Rosa Martins, Carolina Santos, Fabiana Ramos, Ivanildes Pereira, Luisa Vilas Boas Cardoso, Francisco Xavier, Guilherme Euler, Lohan dos Santos, Sergio Reis, Vagno Martins, Julio Garcia Karai, Santiago Bernardes

Coordenação de Comunicação:

Vinícius Carvalho, Eduardo Di Napoli, Felipe Scapino, Vanessa Cancian, Tiê Passos

Coordenação de Governança e Gestão:

Leonardo Freitas, Aline Tavares, Alessandra Bortoni Ninis

Coordenação de Justiça Socioambiental:

Marcela Cananea, Thatiana Lourival

Validadores / Movimentos Nacionais:

Julio Garcia Karai, Comissão Guarani Yvyrupa (CGY)

Marcela Cananea, Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC)
 Ronaldo dos Santos, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ)

Entrevistados / Agradecimentos:

Álvaro Martins, Ariane Rosa Martins, Daniele Elias dos Santos, Décio Elias de Lara, Eva Jera Benite, Fabio Junior Alves da Silva, Joaquim Karai, João Paulo Amorim dos Santos, Julio Garcia Karai, Jurassi Cristo Pereira, Karai Tataedy Oka (cacique "Augustinho"), Manoel Alves da Silva, Nino Benite da Silva, Odete Maria da Conceição, Para Mirim ("Marciana Oliveira"), Renato Vieira da Silva, Ronaldo dos Santos, Silvana Alexandrino, Vagner Nascimento, Vera Rita dos Santos.

EM MEMÓRIA:

Cacique Miguel Benite (Itaxi Mirim), 1901-2021
 Silvana Maria Alexandrina (Paraty Mirim), 1940-2020
 Odete Maria da Conceição (Quilombo do Campinho 1949- 2020)



TERRITÓRIO

CA RA PI TAN GA

ÍNDICE

Projeto Povos	08
Entendendo o Pré-Sal	10
Como esses mapas são feitos	14
Como usar esses mapas a favor das comunidades	16
Territórios do Carapitanga	19
Quilombo do Campinho	32
Tekoa Araponga e Itaxi-Mirim	52
Comunidade Caiçara do Paraty Mirim	76
MAPAS	
Carapitanga	20
Quilombo do Campinho	50
Tekoa Araponga e Itaxi-Mirim	70
Comunidade Caiçara do Paraty Mirim	94

**Pela primeira vez,
nós por nós mesmos.**

**Nós, os povos tradicionais
de Angra dos Reis, Paraty
e Ubatuba, dizendo
quantos somos, como
vivemos e o que buscamos
para a plena realização
dos nossos direitos.**



Projeto Povos: Território, Identidade e Tradição

Conheça a mais abrangente iniciativa de cartografia social já realizada na Bocaina. Protagonizada pelas próprias comunidades, caracterização envolve territórios indígenas, quilombolas e caiçaras de Angra dos Reis (RJ), Paraty (RJ) e Ubatuba (SP)

Qual é exatamente o território tradicionalmente ocupado pelos quilombolas? Quais são as condições de saneamento dos indígenas? E quais são os desafios dos caiçaras em relação ao acesso à educação? Estas são apenas algumas das informações que serão reveladas pelo Projeto Povos, iniciativa que vai colocar de vez, no mapa do Brasil, os territórios de 64 comunidades e localidades tradicionais indígenas, caiçaras e quilombolas de Angra dos Reis (RJ), Paraty (RJ) e Ubatuba (SP).

Reivindicação histórica do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), a realização do Projeto Povos é uma exigência do licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Ibama, para a produção de petróleo e gás pela Petrobras na Bacia de Santos. Quem executa é o Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), uma parceria entre o FCT e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Participam também a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), a Comissão Guarani Yvyrupá (CGY) e a Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC), que completam o conselho do projeto com a missão de garantir que todos os direitos das comunidades sejam respeitados.

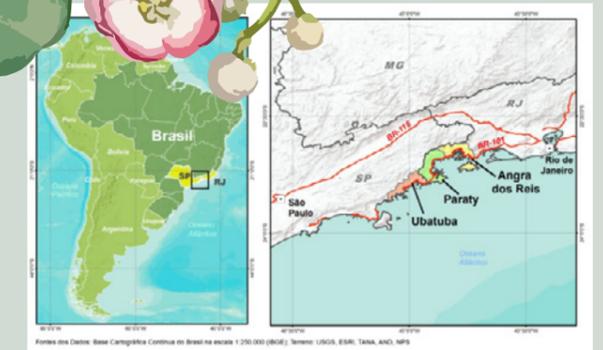
O Projeto Povos utiliza metodologias de cartografia social que permitem às comunidades desenhar, com ajuda de profissionais, mapas dos territórios que ocupam. Este tipo de mapeamento social geralmente envolve populações tradicionais e é um instrumento utilizado para fazer valer os direitos desses grupos frente a grandes empreendimentos, problemas relacionados à grilagem de terras e ao não cumprimento de leis que dizem respeito à delimitação de terras indígenas, à titulação de territórios quilombolas e à regularização fundiária de territórios caiçaras, entre outros.

Caracterização de 64 territórios tradicionais ocorre até 2023

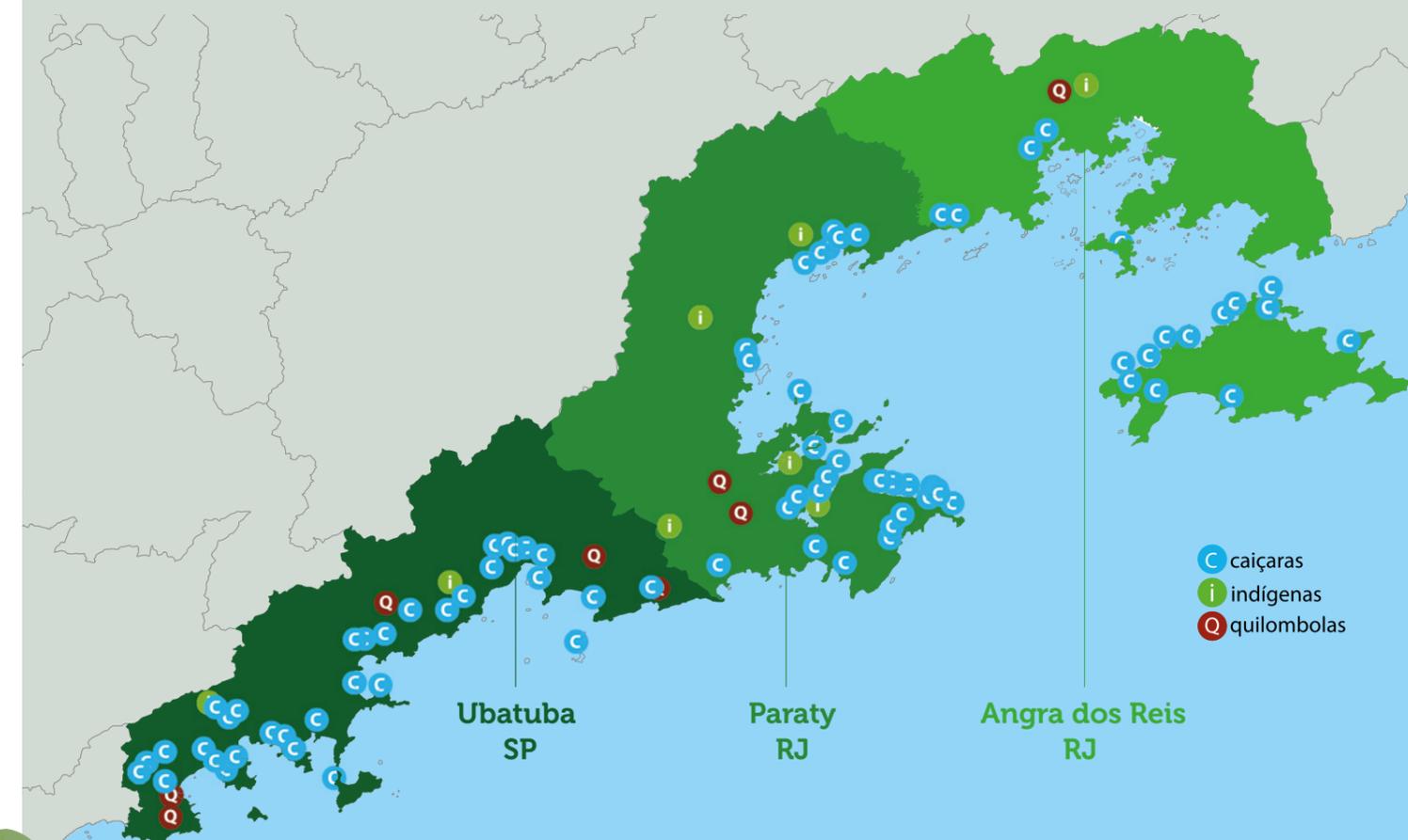
Além de informações técnicas, os mapas sociais são construídos de forma participativa e apresentam o cotidiano de uma comunidade em linguagem simples e acessível. Neles, são colocados espaços de roças, rios, lagos, casas, equipamentos sociais como unidades de saúde e escolas e outros elementos que as populações envolvidas considerem importantes. Aliás, são as comunidades que decidem o que querem caracterizar. No Projeto Povos, nenhuma informação é tornada pública sem a prévia autorização das comunidades envolvidas e das representações nacionais dos povos e comunidades tradicionais (Conaq, CGY e CNCTC).

Onde o Projeto Povos ocorre?

O Projeto Povos ocorre nos municípios de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba. Para sua realização, foram definidos 11 agrupamentos de territórios que reúnem laços culturais, ambientais e territoriais comuns. É o caso, por exemplo, do agrupamento de territórios tradicionais do Carapitanga, que partilham a mesma Sub-Bacia Hidrográfica em Paraty (RJ).



Uma observação importante é que esta organização em agrupamentos de territórios – ou microterritórios – não quer dizer que as comunidades caracterizadas não tenham fortes e profundos laços com outras comunidades. Ou seja, essa divisão apenas ajuda a organizar os trabalhos de campo do projeto.



Entendendo o Pré-Sal

O Projeto Povos é resultado de uma condicionante do licenciamento ambiental federal para a exploração de petróleo e gás na camada do Pré-Sal na Bacia de Santos. Mas você sabe o que isso tem a ver com as comunidades tradicionais?

Para que um grande empreendimento possa ser construído, ele precisa antes receber uma licença ambiental que é concedida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Para receber essa licença, quem constrói o empreendimento tem que cumprir também uma série de condições para mitigar ou compensar seus impactos sociais e ambientais.

O Projeto Povos é uma destas condições, e foi exigido da Petrobras pelo Ibama para que as comunidades tradicionais da Bocaina possam entender e se manifestar sobre potenciais impactos da exploração de petróleo na Bacia de Santos sobre seus territórios. Outro objetivo é disponibilizar mais informações sobre as comunidades para que suas reivindicações possam ser levadas em conta pelo Ibama quando houver algum novo pedido de licença para grandes empreendimentos na região.

Pré-sal é um tipo de petróleo extraído de camadas ultraprofundas embaixo do mar

O que é o petróleo?

O petróleo é um recurso natural muito importante na produção de energia em todos os países do mundo. Além de ser combustível utilizado nos veículos de transporte – carro, ônibus, caminhão, avião – ele também está presente no plástico que compõe muitos dos equipamentos eletrônicos (como celulares, computadores) e eletrodomésticos, além de ser muito utilizado em embalagens. Tem petróleo também em cosméticos (como batons), pasta de dente e até em roupa.

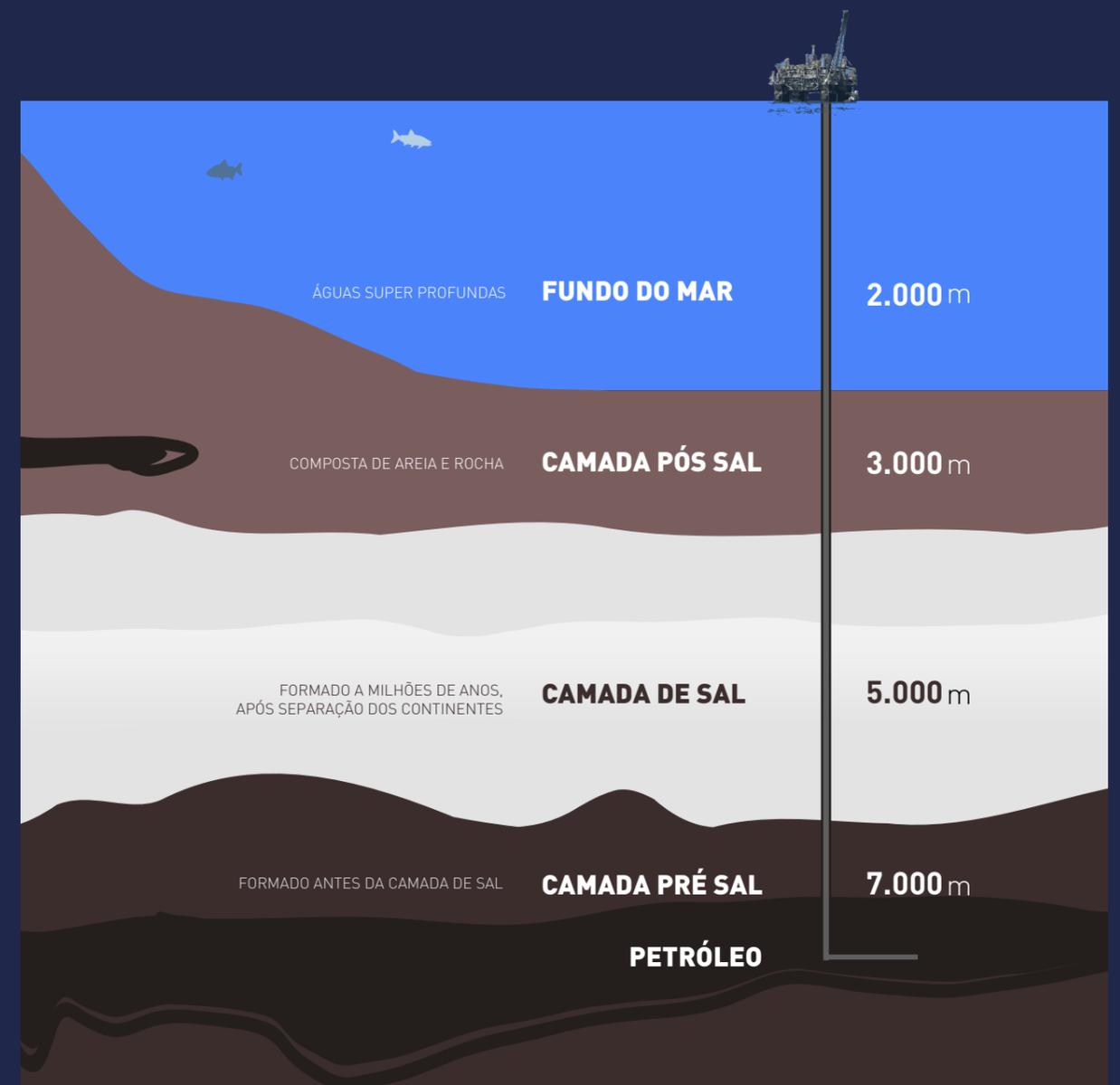
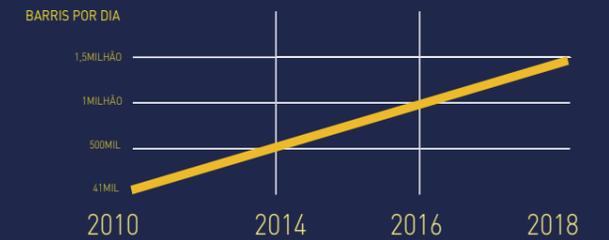
1984
PÓS-SAL
4.108
POÇOS
500 MIL
BARRIS POR DIA

2018
PRÉ-SAL
77 POÇOS
1,5 MILHÃO
BARRIS POR DIA

O que é o Pré-sal?

O Brasil não era considerado um país importante na produção mundial de petróleo até a descoberta do Pré-sal, em 2007. Pré-sal é um tipo de petróleo extraído de camadas profundas embaixo do mar. Como se vê na ilustração abaixo, esse petróleo está localizado em um agrupamento de rochas localizadas em águas ultra profundas em baixo de uma camada de sal, por isso pré-sal. Ou seja, “antes do sal”.

Produção média de petróleo no Pré Sal



Onde fica o Pré-sal?

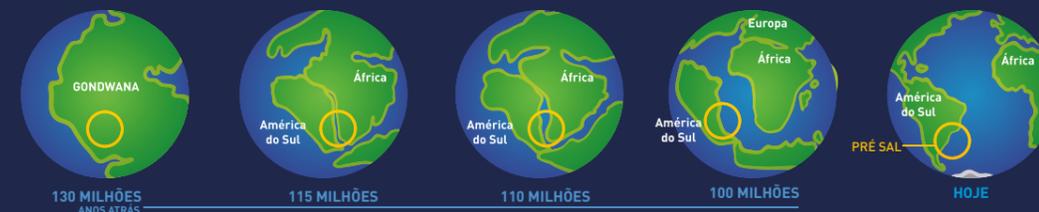


A área de influência do pré-sal mede cerca de 800 quilômetros de comprimento e 200 quilômetros de largura e está entre os estados de Santa Catarina e Espírito Santo, passando, também, por territórios tradicionais localizados no litoral norte de São Paulo e sul do Rio de Janeiro.

O volume produzido por poço no pré-sal da Bacia de Santos, onde estão essas populações, está muito acima da média da indústria de óleo e gás. Dos dez poços com maior produção no Brasil, nove estão localizados nessa área.

O que tem no pré-sal?

Para se ter uma noção do que significa a descoberta do pré-sal, é possível que o Brasil duplique sua produção de petróleo em aproximadamente 10 anos. Entre 2006 e 2007, as reservas do país somavam cerca de 14 bilhões de barris de petróleo. Com essa descoberta, é possível que as reservas atinjam entre 50 a 80 bilhões de barris. Cada barril de petróleo tem o volume aproximado de 158,98 litros.

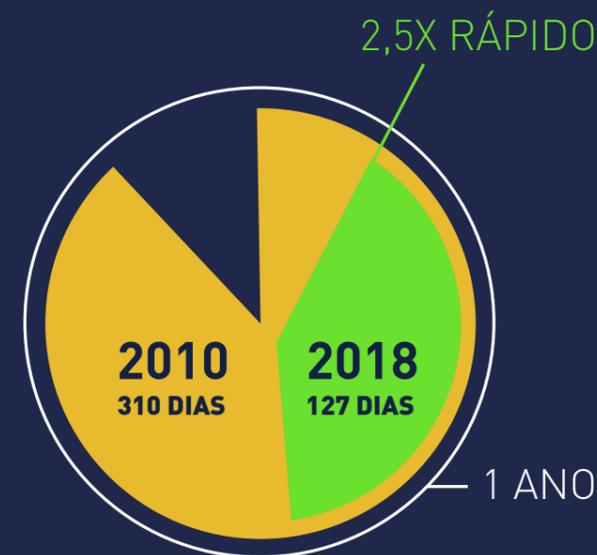


O que isso significa para as comunidades?

É tão grande a estrutura necessária para a exploração do petróleo no mar que faz com que o Pré-sal seja definido como um Megaempreendimento, já que ele altera a dinâmica social, econômica, cultural e ambiental das cidades litorâneas onde ficam as reservas do Pré-sal.

Isso significa dizer que, além do risco de vazamentos, a estrutura do Pré-sal gera como consequências alterações no território marinho como, por exemplo, o aumento do número de grandes embarcações, mudanças no comportamento de cardumes e ampliação de portos para atender a demanda de transporte.

Tempo médio de construção de poços marítimos



E, também, alterações terrestres tais como o aumento do número de pessoas vindas de fora, que chegam para trabalhar na exploração de petróleo sem que haja, por vezes, uma melhoria equivalente na infraestrutura local como mais hospitais e escolas.

Como o licenciamento do Pré-sal funciona?

Megaempreendimentos como o Pré-sal precisam cumprir dois procedimentos legais para poderem se instalar em uma região. O primeiro é a Avaliação de Impactos Ambientais e o segundo é o Processo de Licenciamento Ambiental. A partir daí é feito o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), que ajudam o Ibama a decidir se dá ou não a licença.

Depois, é necessário realizar audiências públicas para ouvir o que a população e o poder público têm a dizer sobre o empreendimento. No território da Bocaina, essas audiências aconteceram nas Etapas 1, 2 e 3 do Pré-sal. Sim, já estamos na etapa 3 desse empreendimento.

Esses procedimentos têm como objetivo avaliar os impactos causados pelo Pré-sal e propor condicionantes e compensações que amenizem ou compensem os impactos ambientais e sociais causados pela sua instalação.

Como estes mapas são feitos?

Com a participação de pesquisadores indígenas, caiçaras e quilombolas, o Projeto Povos mapeia só o que as comunidades querem caracterizar. Conheça, passo a passo, como se dá essa construção coletiva.

1) Chegança

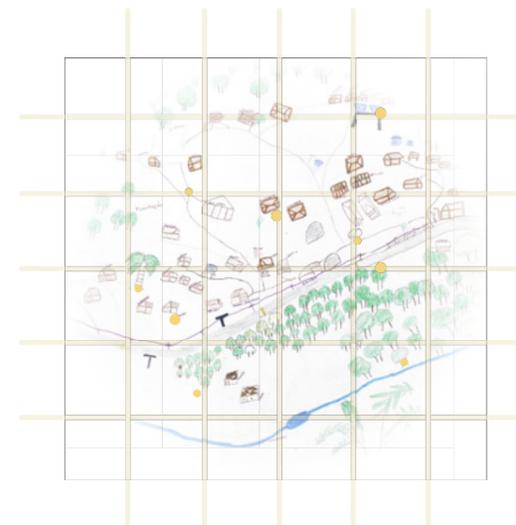
Realizada com a participação do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), a “chegança” é o passo inicial da caracterização. Ela envolve lideranças e articuladores locais para esclarecer dúvidas sobre o projeto e para garantir que os mapas sejam construídos por muitas mãos.

2) Mapa Falado

Nessa atividade, a comunidade é convidada a fazer um desenho livre, em um papel em branco, representando seu território. Neste desenho, o território e seus elementos vão surgindo a partir do exercício da memória e da definição, pela própria comunidade, do que ela quer e acha importante que seja caracterizado.



Ícones dos mapas do Projeto POVOS



3) Localizando o território no mapa

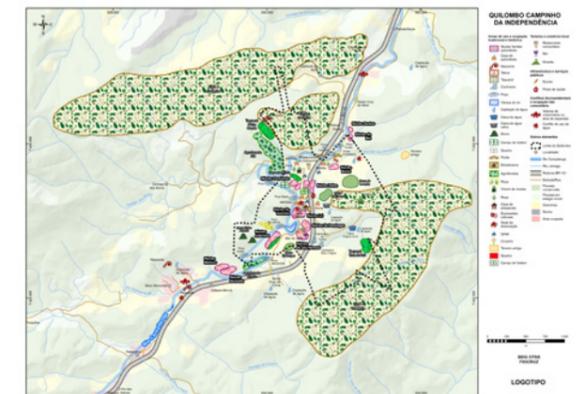
A etapa seguinte consiste na transposição do mapa falado para uma foto de satélite, localizando os elementos do desenho em uma base georeferenciada. Nesta etapa, o objetivo principal é garantir que os participantes consigam dimensionar seu território em um mapa e visualizar demais delimitações territoriais já estabelecidas por órgãos governamentais, como Unidades de Conservação e demarcações já realizadas.

4) Refletindo o Território

Depois, é hora de apresentar à comunidade a primeira versão do mapa final e validar com os participantes cada dado coletado. Um momento, também, para corrigir eventuais erros e acrescentar informações importantes que não tenham aparecido nas etapas anteriores.

5) Nosso mapa

A última etapa se divide em dois momentos. O primeiro consiste em revisitar o material produzido durante toda a caracterização e validar coletivamente o mapa final. Em sequência, a comunidade define quais informações quer que se tornem públicas e quais prefere que sejam de uso restrito da comunidade.



6) Ganhando o mundo

Percorrido esse caminho, o material segue para impressão e é devolvido para as comunidades. Também validadas pelas comunidades e suas representações nacionais, as publicações finais são distribuídas para bibliotecas e órgãos de governo e da sociedade civil cuja atribuição seja zelar pelos direitos dos povos e comunidades tradicionais da Bocaina.



Como usar estes mapas a favor das comunidades

Os mapas construídos pelas comunidades são instrumentos de promoção de direitos. Entenda algumas das formas como eles podem ser utilizados para a defesa dos territórios tradicionais

Garantia de territórios:

O projeto não assegura que haverá titulação, demarcação ou regularização fundiária de territórios tradicionais. Mas irá contribuir para que as reivindicações das comunidades cheguem aos órgãos competentes responsáveis por fazer isso.

Acesso a políticas públicas:

O projeto também não construirá infraestruturas nas comunidades, mas vai contribuir para levar ao conhecimento dos governos e órgãos públicos qual é a situação de cada comunidade em relação a serviços e equipamentos públicos nas áreas de educação, saúde, saneamento, trabalho e renda, entre outras decididas pelas próprias comunidades.

Qualificação de licenciamento ambiental:

Outra conquista importante é que estes dados passarão a ser consultados pelo Ibama quando houver uma nova solicitação de licença ambiental para grandes empreendimentos que possam impactar as comunidades tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba.

Segurança alimentar e nutricional:

O projeto permitirá às comunidades ampliarem seus conhecimentos sobre as espécies agrícolas manejadas por elas e também por suas comunidades vizinhas. Isso fortalece o conhecimento do território e facilita possíveis trocas de sementes e de técnicas de plantio.

Práticas de saúde:

O projeto permitirá também às comunidades ampliarem seus conhecimentos sobre as práticas de cuidado corporal e espiritual utilizadas por ela e por suas comunidades vizinhas. Isso também facilita possíveis trocas de sementes e de conhecimentos em relação a procedimentos de cura e prevenção a partir das plantas medicinais.

Fortalecimento do FCT:

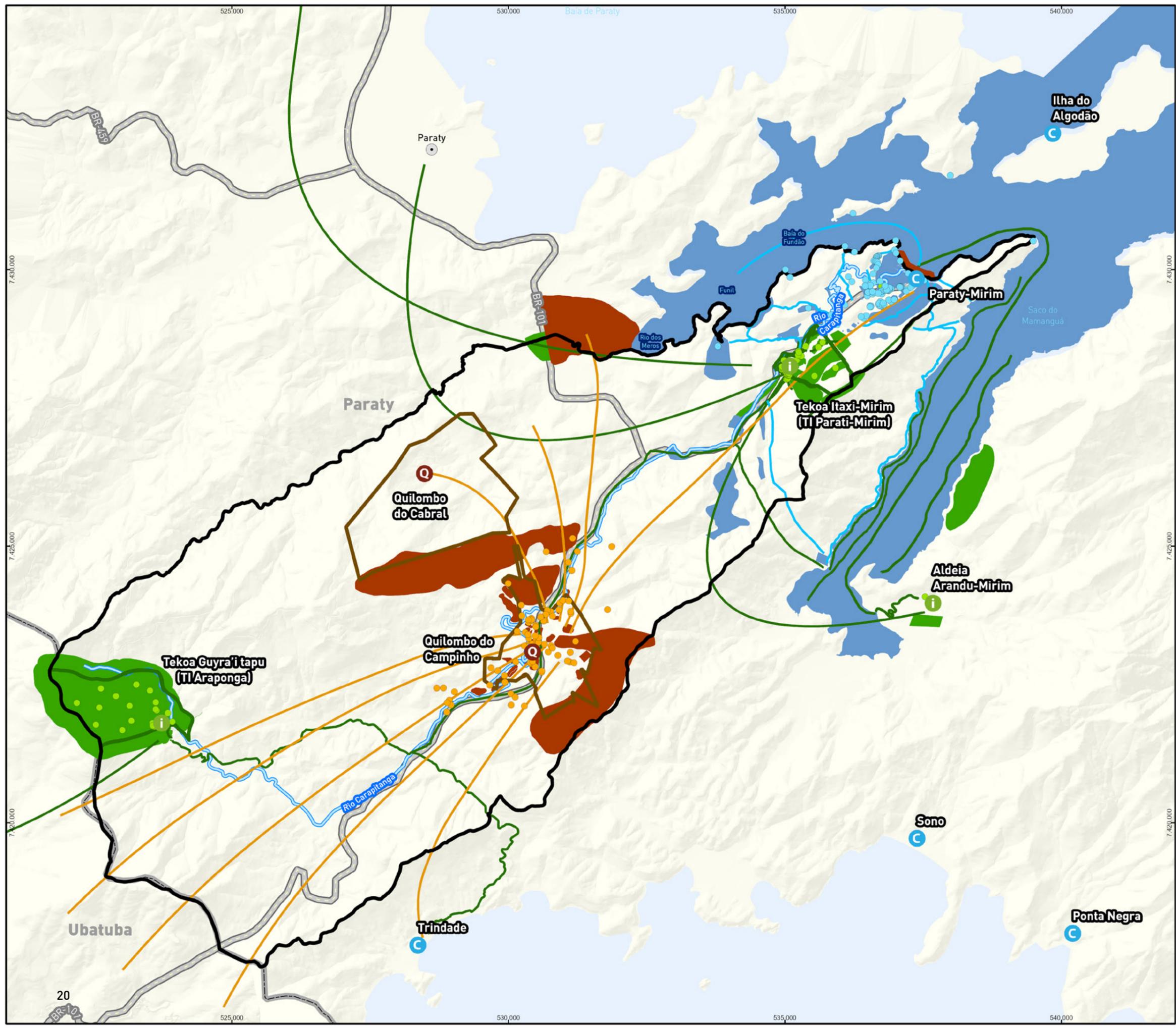
O mapa feito pela comunidade contribuirá também para fortalecer as bandeiras de luta do Fórum de Comunidades Tradicionais nas áreas de Turismo de Base Comunitária, Educação Diferenciada, Saneamento Ecológico, Economia Solidária e Agroecologia e a combater todas as formas de racismo e violência contra as comunidades.



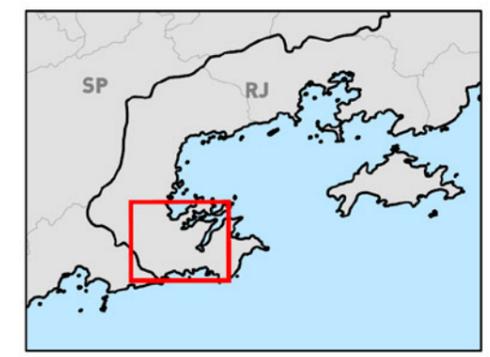
TERRITÓRIOS DO

CA
RA
PI
TAN
GA

TERRITÓRIOS TRADICIONAIS NO MICROTERRITÓRIO CARAPITANGA



- Limite do Microterritório Carapitanga
- Povo**
- Caiçara
- Guarani-Mbya
- Quilombola
- Terra Indígena
- Quilombo
- Locais de ocupação e uso tradicional**
- Tekoa Guyra'i tapu (TI Araponga) e Tekoa Itaxi-Mirim (TI Parati-Mirim)
- Caiçara de Parati-Mirim
- Quilombo do Campinho
- Relações e fluxos intercomunitários, rotas de pesca e comércio**
- Tekoa Guyra'i tapu (TI Araponga) e Tekoa Itaxi-Mirim (TI Parati-Mirim)
- Caiçara de Parati-Mirim
- Quilombo do Campinho
- Territórios e áreas de uso tradicional**
- Tekoa Guyra'i tapu (TI Araponga) e Tekoa Itaxi-Mirim (TI Parati-Mirim)
- Caiçara de Paraty-Mirim
- Quilombo do Campinho
- Rio Carapitanga
- Cidade
- Estrada
- Limite estadual



Unidos pela água

A bacia do Rio Carapitanga integra quatro comunidades tradicionais: duas aldeias Guarani Mbya (aldeia Araponga e Itaxi Mirim), Quilombo do Campinho e Comunidade Caiçara de Paraty Mirim. Este território está sobreposto pela Área de Proteção Ambiental Cairuçu, unidade de conservação criada em 1983 e formada por uma área continental e mais 63 ilhas, abrangendo um total de 34.690,72 hectares. O nome dado a este conjunto de territórios se inspira no rio Carapitanga, que passa pelas quatro comunidades caracterizadas pelo Projeto Povos.

“Antigamente a gente chamava como Rio Grande. Por ele ser até mesmo um rio grande, né? Aí depois com a passagem da Rio-Santos, esse Rio Grande se tornou Rio Carapitanga. Esse rio cerca aqui toda a comunidade, ele vem começando da comunidade lá do Patrimônio, descendo, passando pela Independência, e esse rio vai desaguar no Paraty Mirim

João Paulo Amorim dos Santos, 65 anos, Quilombo do Campinho, 2019

O Rio Carapitanga é um dos elementos que mais expressa a unidade entre o modo de vida tradicional dessas comunidades, aproximando suas práticas, costumes e saberes. No Projeto Povos, os relatos dos griôs, pajés, caciques, mestres e mestras nos contaram um pouco das histórias, dos usos e vivências no Rio Carapitanga. Dona Vera, caiçara de Paraty Mirim, relatou, em entrevista, que parte dos peixes pescados por ela estão localizados nos braços do rio Carapitanga. Assim como o siri, uma de suas principais fontes de renda. Já Seu Décio, também caiçara de Paraty Mirim, relatou que costuma pescar peixes que “se criam no rio (e) crescem no mar”. A pesca no rio também foi muito comum entre os quilombolas do Campinho, mas, com a construção da BR101, essa prática foi perdendo força.

“O Rio a gente usava pra pescar, né? Pra pescar, pra fachear... Tinha um sistema que a gente fazia pra poder pegar peixe pra gente comer, e até mesmo pra ajudar. A gente saía para o rio à noite pra poder fachear. Eu lembro que, na época de eu pequeno, antes da Rio-Santos, depois que escurecia é que a gente ia. Ele dava um peixe chamado cascudo. O pessoal gostava muito de fachear e de pegar pra trazer pra cozinhar. E seria a nossa janta” (João Paulo Amorim dos Santos, 65 anos, Quilombo do Campinho, 2019)

Seu Álvaro, também quilombola do Quilombo do Campinho, explica um pouco dos usos do rio:

“Era pra tudo: o rio aqui era pra lavar roupa, o rio aqui era pra tomar banho, o rio aqui era pra fachear, pegar cascudo durante o dia. Então esse rio aqui é um rio que ele teve muita utilidade pra gente, o rio aqui é um rio muito sagrado pra gente





Apesar da importância do rio Carapitanga, as comunidades identificam mudanças no território que colocam em risco a qualidade da água, a diversidade de espécies e os usos tradicionais que as

“ A gente até tenta não beber a água do rio porque foi crescendo, né? Acho que não é só aqui nessa comunidade [Campinho], mas em toda a região. Vai crescendo a comunidade, e a pessoa já não tem aquele cuidado que tinha com o rio.

comunidades fazem. O crescimento populacional na região e o descuido com o rio estão impactando o sistema sociocultural e ecológico que depende dessas águas.

Joga animal, joga lixo dentro do rio. Então hoje a gente já evita de beber da água desse Garapitanga, porque se formou outra comunidade pra cima da gente, da onde a água vem. O peixe ainda muitas pessoas ainda comem do peixe do rio e toma banho

Alvaro Martins, 70 anos, Quilombo do Campinho, 2019



A matriarca da comunidade caiçara de Paraty Mirim nos contou que:

“ (antes) a água era tudo do rio, mas agora ela tá contaminada, né? Eu creio que sim, né? porque tem muita, muita coisa aí pra frente. Agora já juntou muita gente, a gente não sabe o esgoto pra onde que vai... né?

Dona Silvana Alexandrino, 87 anos, Paraty Mirim, 2019

Para as comunidades tradicionais, a natureza não é apenas importante devido ao uso dos recursos. Ela é a base dos modos de vida e, para muitos, a natureza é sagrada. Por isso, as práticas cotidianas são realizadas com respeito, cuidado e reverência. Dessa maneira, todo impacto negativo ao ambiente e às práticas tradicionais podem trazer consequências também psicológicas e espirituais.

Por exemplo, muitas das falas apontam para a alta poluição do rio com a chegada da BR101 e, conseqüentemente, com o aumento da urbanização em torno dos territórios tradicionais.

Foram relatados os casos de assoreamentos de partes dos rios e as enchentes também conseqüentes da construção da BR101 e do processo de urbanização. Segundo Seu Álvaro: “eu acho que muitos nem sabem o nome desses poços, os mais velhos aqui sabem, mas a maioria nem sabe onde é, porque o rio tá tão assoreado hoje que nem tem mais poço [...]”

Em 2019, O Sítio Misto de Paraty e Ilha Grande tornou-se Patrimônio Mundial da Unesco e a cultura viva presente nas comunidades indígenas, quilombolas e caiçaras que ocupam esses territórios foram fundamentais para esse reconhecimento. Espera-se que reconhecimentos dessa natureza possam contribuir para proteger os territórios tradicionais e combater os problemas históricos que veremos a seguir, de omissão dos órgãos públicos, grilagem de terras, especulação imobiliária, restrições ambientais e criminalização de práticas tradicionais e tantos outros fatores de pressão menos visíveis de desagregação socioambiental gerada pelo atual modo de produção e consumo de nossa sociedade.

“ Antes, quando meus pais chegaram aqui, era melhor. Tinha muito peixe: cascudo, bagre, robalo, tilápia. Os peixes parece que foram sumindo, teve uma grande destruição de peixe. O rio tá raso, não tem mais poço onde o peixe fica. Enchente também destruiu uma criação de traíra, então só tem traíra agora. E pra nós, [o rio] é uma praia também. É onde as crianças vão tomar banho. Tinha menos população aí pra cima antes, desce muito lixo e prejudica a gente essa situação

Joaquim Karai, 55 anos, Itaxi, 2021



Resumo das ações do Projeto POVOS nos territórios do Carapitanga

+de

100

comunitários
participando ativamente

99

elementos mapeados
na cartografia social

12

entrevistas realizadas

1

roda de erveiras
e erveiros do território

9

oficinas
de caracterização

4

mapas falados

8

mapas de satélite

6

cirandas infantis

18

atividades de
mobilização e campo





TERRITÓRIO

CA RA PI TAN GA

Resultados
por território
tradicional



Quilombo Campinho da Independência

“Ao final do século XIX, com a decadência do regime escravocrata, a história do Quilombo Campinho da Independência começa a ser escrita por três mulheres: Vovó Antonica, Tia Marcelina e Tia Maria Luíza que, com base no regime matriarcal, conduziram o processo de desenvolvimento local.” (Ronaldo dos Santos)

Com a construção da Rodovia Rio-Santos e a chegada da especulação imobiliária, nos anos 70, a comunidade se reorganizou tendo como foco a luta pela garantia de seu território. Ele foi conquistado com a entrega do título de propriedade definitiva das terras pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro no dia 21 de março de 1999 (Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial). O Quilombo Campinho da Independência tornou-se, então, o primeiro quilombo titulado na história do estado do Rio de Janeiro. A comunidade está localizada entre os povoados de Pedras Azuis e Independência, a 13 km do município de Paraty. Com uma área de aproximadamente 287 hectares, é banhado pelo Rio Carapitanga e abriga cerca de 170 famílias quilombolas divididas por 13 Núcleos Familiares.

“ **As pessoas que vivem na sociedade e não têm um documento não são ninguém na vida.**”

Acho que documento em primeiro lugar. Isso também acontece com a terra, a pessoa que tem terra e tem documento não fica sempre com o pé atrás. Muitas das vezes falavam: “gente, pessoal do Campinho aí, vocês vão ter que ir pra Amazônia”. E eu: “pô, mas gente, pra Amazônia?? Pra onde a gente vai, cara?” Então as pessoas tinham aquela dúvida: pra onde que a gente vai, pra onde não vai? Depois quando chegou a titulação da terra, eu acho que senti mais firmeza.”

Seu Álvaro Martins, 70 anos, Quilombo do Campinho, 2019



Mulheres do Campinho durante ações emergenciais de apoio ao enfrentamento da COVID-19

Agricultura e Extrativismo

As práticas de agricultura foram selecionadas, pelos quilombolas do Campinho, como os elementos mais importantes a serem caracterizados pelo Projeto Povos na comunidade. Os participantes, em sua maioria Griôs, são defensores das roças e do extrativismo e consideram sua proibição ou impedimento uma das grandes perdas da cultura tradicional quilombola. Ainda assim, o Quilombo do Campinho vem sendo um precursor no território da Bocaina na construção de sistemas produtivos que estabelecem o diálogo entre o conhecimento tradicional e o conhecimento científico presente nos movimentos de agroecologia.



Método de Plantio

A escolha do espaço da roça

“ Ah, o espaço, a gente escolhe hoje um espaço fora de fonte d'água, onde passa rio, até mesmo porque tem as regras, né? de não descampar a proximidade do rio, ali as nascentes d'água, que é uma das coisas que a gente deve se preocupar para não estar descampando.”

João Paulo Amorim dos Santos, 65 anos, Quilombo do Campinho, 2019

O preparo da terra

“ A primeira etapa é você preparar a terra. Você tem que roçar a área onde vai plantar, e aí depende muito da área que você vai trabalhar: às vezes pode ser uma capoeira fina, que você só vai usar a foice ali pra roçar; e se for uma capoeira grossa, vai ter que, além de usar a foice, vai ter que usar o machado, pra poder derrubar.”

João Paulo Amorim dos Santos, 65 anos, Quilombo do Campinho, 2019



Pousio ou adubo do roçado

“ Eu lembro que na época dos meus pais, depois de roçado e derrubado, [tinha que] queimar, né? Mas com o passar do tempo nós viemos a adquirir outra forma de trabalhar, que não é queimar mais a terra, queimar o mato pra poder plantar. A gente roça aquele mato. Se torna bem mais difícil, mas é uma maneira que a gente tem para proteger até mesmo a terra. Em vez de queimar, a gente faz as fileiras no canto da roça, para que ela possa até depois, com o passar do tempo, estar apodrecendo, que aqueles matos, aquelas madeiras, elas se tornam um adubo para a terra.”

João Paulo Amorim dos Santos, 65 anos, Quilombo do Campinho, 2019

A lua e a plantação

“ Desde a época dos meus pais que eles usam plantar na minguante ou então na lua nova. É melhor porque a lua ela tem uma força muito grande, né? Na lua minguante você sente, aquilo mexe no seu corpo, né? Com a plantação não é diferente, a plantação, ela se fortalece mais.”

João Paulo Amorim dos Santos, 65 anos, Quilombo do Campinho, 2019



Plantamos

Abacaxi	Carambola	Jambo
Abóbora Moranga	Chuchu	Jambo Branco
Abóbora Sapo	Chuchu branco	Jamelão
Açaí	Cidra	Jiló branco e verde
Acerola	Coco da Bahia	Juçara
Alecrim	Coco do palmito margoso	Laranja Lima
Alecrim do Campo	Coco Ferrugem	Laranja Pera
Alface crespa	Coco Indaiá	Limão (cravo; galego; siciliano; tahiti)
Alface (Lisa e Roxa)	Coco natal	Mamão (formosa; nativo; pa-paia)
Amora	Coentro liso	Mandioca (aipim preta; branca; preta; rosa; roxa; vassourinha)
Amora de cacho	Coentro selvagem	Milho de canjica
Araçá	Copaiba	Milho palha roxa
Araçá Boi	Couve dura e manteiga	Mixirica (carioquinha)
Arroz	Crotalaria	Mixirica ponkan
Banana (3 quinas; D'água; da Terra; Maçã, Marmelo; Nanica; Ouro, Prata)	Cupuaçu	Palmeira Real
Batata-doce branca e roxa	Feijão (carioquinha; liso; mulatinho; porco; preto; roxo)	Pimenta (Dedo de Moça; Reino; Malgueta; Malaguetão; Roxa)
Brócolis	Gengibre	Pitanga
Cabeludinha	Goiaba branca e vermelha	Pupunha
Cacau amarelo e roxo	Graviola	Quiabo
Cambucá	Grumixama	Taboa
Cambuci	Inhame rosa e roxo	Taioba
Cana (Amarela Roxa; Caiana Amarela; Preta)	Jabuticaba	Urucum

Agricultores e agricultoras vêm buscando, também, garantir dentro do território a reprodução de variedades e sementes crioulas de milho, aipim e mandioca por meio de trocas internas e com outras comunidades, além de manter matrizes de espécies arbóreas como estratégia de manejo agroecológico, comprando de fora apenas sementes de hortaliças.

Segundo relatos, a sustentabilidade da comunidade sempre foi baseada nos princípios da solidariedade e reciprocidade (como na agroecologia), e os trabalhos seguem sendo realizados em regime de mutirão.



“**É importante, né? Até porque a gente ali plantando, a gente vai comer um produto saudável, um produto que a gente sabe como foi produzido, como foi plantado, que não tem agrotóxico. Então a gente plantando, a gente sabe o que não tá metido com veneno, que vem a ser prejudicial à nossa saúde.**”

João Paulo Amorim dos Santos, 65 anos, Quilombo do Campinho, 2019

Práticas de Cura e Cuidado

Como mostram os relatos dos moradores do Quilombo Campinho, as práticas de cura e cuidado estiveram presentes desde a construção desse território junto às suas matriarcas. Essa ancestralidade é demonstrada, ainda hoje, pelo manejo de mais de 40 variedades de ervas e plantas medicinais. A parte da planta utilizada na receita e as técnicas de preparo são diversas e constituem um rico sistema de conhecimentos transmitidos ao longo do tempo, de geração em geração.

O conhecimento das parteiras também faz parte desse conjunto de práticas de cuidado. Até bem pouco tempo, todos os nascimentos no Quilombo do Campinho eram conduzidos por elas. Embora hoje não sejam colocados em prática, os conhecimentos de como fazer um parto seguro permanecem vivo na comunidade.





“ **Dona Madalena faleceu, era uma de nossas últimas parteiras vivas, e uma de nossas últimas rezadeiras também. Agora temos poucas mulheres que fazem esses serviços, serviços de fé eu digo. Tia Zaquina, tia Bernarda - demos o nome do posto de saúde [em sua homenagem], tia Madalena eram todas rezadeiras e curandeiras. Já não temos tantas mulheres que façam esse acolhimento e quase ninguém da família levou adiante”**

Ariane Rosa Martins, 24 anos, Quilombo do Campinho, 2019

Plantas e ervas medicinais

Ervas **Para que é bom**

Canela de velho	Artrose
Jambo	Diabete
Jamelão	Diabete
Pata de vaca	-
Moranginho	-
Carqueja	-
Sabugueiro	* Irritação da pele * Seca sarampo
Mil folhas	Infecção de Garganta
Tansagem	Infecção de Garganta
Cipó Caboclo	-
Gervão Roxo	-
Guaco	Xarope, piolho e coceira

Cana do Brejo	Diurético Infecção Urinária
Copaíba (folhas)	Cicatrizante Circulação
Café (folhas)	Dor de Cabeça
Urucum	Corante Colesterol
Laranja (folhas)	Resfriado (Vitamina C)
Pitanga (folhas)	Antibiótico, contém ferro
Taioba	Piriri
Goiaba (suco feito do broto)	-
Babosa	Infecção no Útero
Algodão	Queimadura grave
Amora	Limpar a casa
Aroeira	Dor de Cabeça
Capim Colônia	Cólica
Novalgina	Queimação no estomago
Cabeludinha	-
Capim Limão	-
Camomila	-
Limão	-
Chapéu de couro	-
Terramicina	-
Quebra-cavalo	-
Alfavaca	-
Santa Maria	-
Arnica	-
Quebra-Pedra	-
Vassoura	-
Picão	-
Peru de Quati	-
Alecrim do Campo	-



Gastronomia

Boa parte desta produção agroecológica abastece o restaurante comunitário do Quilombo do Campinho. Inaugurado em 2007, o restaurante é um dos principais espaços de referência na organização comunitária, pois gera trabalho, distribui renda, fomenta a produção agroecológica, mantém a relação solidária de comércio com pescadores das comunidades do entorno e coloca na mesa uma culinária típica produzida de forma sustentável.

Culinária tradicional

Azul Marinho (peixe com banana verde)	Farinha de mandioca
Batata doce cozida	Galinha Caipira com Macarrão
Beju doce com coco	Mandioca Cozida
Beju Salgado	Mata Atlântica (Caipirinha de Juçara)
Bolo de Banana	Milho Cozido
Bolo de mandioca	Pavê de banana da terra
Cocada	Peixe a moda
Doce de abóbora com coco	Suco de Juçara
Doce de mamão	





Culinária tradicional



Artesanato



Atividade de troca de saberes com uso da Taboa no artesanato tradicional quilombola.

Artesanato

A produção de artesanato no Quilombo do Campinho está ligada, em sua origem, ao processamento de alimentos agrícolas, à produção de farinha e à construção de casas. Teve início com a feitura de tapitis, peneiras, apas, balaios, pilões, esteiras, mesas, bancos, etc. Em um segundo momento, que persiste até hoje, os artesãos começaram a trabalhar também novos objetos e a utilizar materiais como sementes, bambus, fibras de bananeiras e palmeiras, além das matérias-primas já utilizadas tradicionalmente, como cipós, madeiras e taboa.

O desenvolvimento do artesanato representa atualmente uma importante fonte de renda na comunidade.

Habitação

No passado, todas as casas do quilombo eram feitas de estuque.

Para retirar da mata as madeiras que servem para estruturar as casas, é preciso

saber qual lua aponta no céu pois, nas palavras de um comunitário: “tem lua boa e lua ruim para cortar”. Barrear as casas dá um trabalho enorme, de modo que esse dia se torna um acontecimento no quilombo e muitos iam contribuir no mutirão.

Materiais usados nas casas e artesanatos

Material	Usos
Sapê	Cobertura das casas
Bambu	Estrutura do pau-a-pique (envar) - Artesanato
Jacatirão	Estrutura das casas
Canela Amarela	Estrutura das casas - Pilão - Artesanato
Canela Preta	
Alicurana	Estrutura das casas - Artesanato
Cedro	
Taquara	Estrutura do pau-a-pique (envar) - Peneira - Jaca - Tapiti
Cipó Imbé	Amarração do pau a pique e do sapê - Artesanato
Cipó Timumpeva	Artesanato
Taboa	Esteira Artesanato

“ Nos convenceram que as casas tradicionais, de pau a pique, remetiam à pobreza, tudo isso para que abandonássemos nossos conhecimentos. Hoje uma ecovila cobra caro para dar um curso de final de semana, com as mesmas técnicas.”

Ronaldo dos Santos, 42 anos, Quilombo do Campinho, 2019

Turismo de Base Comunitária

A Associação de Moradores do Quilombo do Campinho (AMOQC) é quem organiza e integra todas as práticas relatadas acima por meio do Turismo de Base Comunitária. O Viveiro de Mudas, a Casa de Farinha, os Núcleos Familiares, a Casa de Artesanato, os Sistemas Agroflorestais, a contação de história com os Griôs e a Roda de Jongo compõem o Roteiro Etno Ecológico que articula direta e indiretamente os quilombolas em torno da produção econômica solidária.



O manejo da juçara envolve cuidado e seleção dos frutos para o processamento da polpa.

“ O Turismo de Base Comunitária no Quilombo do Campinho é uma ferramenta de luta, de resistência, de permanência no território porque a gente está gerando renda para as famílias que moram ali. Mostrando um pouco da nossa cultura, da nossa história, em como a gente vem resistindo desde o final do século XIX até os dias de hoje na comunidade, mantendo a nossa cultura, o nosso modo de ser, o nosso dia a dia. Hoje em dia a juventude está presente na comunidade, a gente tem o jongo, o samba, tem o hip hop.”

Daniele Elias, 30 anos, Quilombo do Campinho, 2019



Festas e Eventos

A importância e orgulho das relações comunitárias dentro do Quilombo do Campinho apareceram em diversos momentos da caracterização. Um elemento importante mencionado nas entrevistas foi a memória de festas religiosas e dos bailes que garantiam alegria e diversão aos quilombolas de antigamente. Entre as festas mais lembradas e que hoje não ocorrem mais, mencionaram Santa Cruz e Folia de Reis. Também contaram que, em algumas casas, as festas costumavam ser animadas pelo som de batuques, em referência direta aos modos africanos de festejar e realizar rituais religiosos.

“ *O carnaval que tinha o Campinho era os três dias de folia no campo. Começava, assim, três horas da tarde, quatro ia até seis. Todo mundo ia pra casa, tomava seu banho, jantava (...) “vai ter na casa da Bernarda ou (tinha no) Pequenino”, o baile era os três dias, até amanhecer. Olha, não tinha confusão, tinha café, tinha as coisas pra gente tomar café, sabe? Era muito gostoso mesmo o passado, muito mesmo...*

Dona Odete, 71 anos, Quilombo do Campinho, 2019

Ainda hoje, os quilombolas do Campinho mantêm um calendário anual de celebrações, festas e eventos e pode-se afirmar que a produção cultural desenvolvida pela comunidade representa uma potência no contexto municipal de Paraty. A comunidade realiza rodas de jongo, rodas de samba e de capoeira na programação desses eventos, além de contar com uma banda de rap quilombola, o Realidade Negra.

Entre os eventos realizados todo ano pela comunidade estão incluídas as celebrações de São Benedito (em abril), Bom Jesus (em agosto) e o Evento da Consciência Negra (em novembro).





Educação Diferenciada

O debate sobre a Educação Diferenciada no Quilombo do Campinho vem dos anos 2000, período imediatamente após a titulação do território, que se deu em 1999. Isso se deu pelo entendimento que se tinha de que a escola presente no território desde a década de 70 do Século XX era uma escola branca, eurocentrada, além de urbana, e que por isso fazia parte da construção histórica do racismo estrutural que condiciona a comunidade ao processo de autonegação e desestruturação. Compreendido isso, afirmava-se que a gestão do território dependia tanto do autorreconhecimento e do pertencimento, quanto da segurança jurídica da propriedade, recém conquistada. Hoje, 20 anos depois, a Escola Municipal do Campinho já é considerada uma escola quilombola, com oferta de ensino da Educação Infantil ao segundo segmento do Ensino Fundamental. Esta é uma conquista recente do movimento social e avança na consolidação de uma experiência de educação no país que reconhece e articula a educação do território com a educação escolar.

Conflitos

Segundo os entrevistados, a criminalização do manejo tradicional agrícola e extrativista, juntamente com o alto processo de urbanização do território da Bocaina, têm dificultado a continuidade do modo de vida e da cultura quilombola.

Um dos principais focos de conflito ainda se relaciona à sobreposição do território tradicional com unidades de conservação criadas sem processos de consulta prévia com a comunidade. Segundo os entrevistados, isso levou à criminalização de roças, do manejo agroextrativista e da caça sem que fosse resguardado o direito à autonomia dos quilombolas de realizarem práticas que remetem ao seu modo de vida tradicional.

Conflito	Descrição
Perda da Cultura Tradicional	Perda das Parteiras/Benzedadeiras
	Perda das práticas de construção de casas de estuque
	Perda dos terreiros de matriz Africana
Modo de produção, urbanização e política desenvolvimentista	Demarcações oficiais não correspondem ao território tradicionalmente ocupado do Quilombo do Campinho
	Criminalização das práticas de roças e extração de madeira
	Rodovia Rio Santos (BR101)
	Incorporação dos Quilombolas como mão de obra barata nos condomínios de luxo (ex: Laranjeiras)
	Especulação Imobiliária
Infraestrutura	Drogas
	Saneamento inadequado

“ é possível fazer a roça nas áreas já abertas, que são áreas de uso, mas é sempre uma dúvida porque né, embora essa [seja] uma comunidade quilombola titulada dentro de uma unidade de conservação em nível sustentável, é possível fazer a roça. Mas o grande problema é: se passa polícia ambiental, que agora tem uma unidade aqui, e vê abrir uma nova área de uma mata com o processo de regeneração já avançada é possível deles multarem, já ocorreu isso aqui recentemente. Até porque nessas sobreposições de leis: por um lado uma comunidade titulada, que tem seu território homologado, dentro de uma unidade de conservação de uso sustentável, deveria ter uma certa autonomia, mas aí tem a lei da Mata Atlântica que é bem restritiva, se o cara pegar lá pela lei da Mata Atlântica, toda área de regeneração da mata é proibido o corte, aí fica esse conflito de lei. Existe esse

processo, por exemplo, de autonomia da comunidade, é um conflito de lei na realidade que acontece, mas o que a gente faz aqui é avançar com autorização, quando a gente avança por autorização, tem uma coisa autorizada pela unidade, não corre o risco de ser multado porque você tem um documento de um órgão ambiental que gerencia o território e autoriza. Isso acontece muito pra uso de madeira caída no mato, pra usar a madeira caída a gente pega uma autorização, vai lá se compromete em plantar outras madeiras e tal, e a APA Cairuçu dá uma autorização pra gente, aí a gente tá resguardado, se chegar qualquer fiscal de outro órgão e tal a gente tem um documento ali que tá respaldando a gente.

Vaguinho, Quilombo do Campinho, 48 anos





O manejo e o processamento da polpa da juçara no Quilombo do Campinho envolve homens, mulheres e crianças. Além de alimento saudável na mesa dos quilombolas, a polpa da juçara se tornou uma importante fonte de renda familiar

Tekoa Guyraitapu (Araponga) e Tekoa Itaxi Mirim

Localizadas em Paraty/RJ, as Aldeias Araponga e Itaxi Mirim são Terras Indígenas (TI) tradicionalmente ocupadas por povos Guarani Mbya. A TI Parati Mirim (onde se situa a aldeia Itaxi Mirim) possui uma área regularizada de 79,1997 hectares e a TI Araponga de 213,2033 hectares. Ambas estão com pedido de ampliação em fase de estudo. No caso da TI Araponga, segundo relatos dos seus moradores, este território possui mais de 275 hectares.



Ao todo vivem na TI Araponga 13 famílias Guarani Mbya, em um total aproximado de 55 indígenas. Na TI Itaxi Mirim são em torno de 49 famílias e 260 indígenas. É importante destacar que esses números se alteram com frequência dada a transitoriedade entre os indígenas guarani por todo seu território de direito. Eva Benite, liderança Guarani Mbya de Itaxi Mirim, nos contou, por exemplo, que nasceu no Paraná, mas que seus pais eram da Argentina. Seu Augustinho, Cacique da Aldeia Araponga, explica também um pouco da história de sua família:

“ Muito obrigado por chegarem até minha aldeia, eu agora tenho 99 anos. Minha mãe e meu pai vieram lá do Paraguai, já eu nasci aqui em Brasil. Nós guaranis, as minhas famílias todas são de Chapecó/SC, daí eu casei lá para Argentina e voltei. Meus filhos são todos do Brasil, quando voltei eu andei por todos os lugares, fui para Uruguai, passei pelo Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, agora eu estou aqui no Rio de Janeiro há 45 anos.

Karai Tataedy Oka “Augustinho”, 100 anos, Araponga, 2019

Como ele explica, a nação Guarani está conectada por seu sangue, espírito, língua e por seu vínculo sagrado com a natureza. Dessa maneira, todo território onde vive ou passou um guarani é considerado Território Guarani.

“ Da etnia Guarani somos todos parentes, parentes de todos

Julio Garcia Karai Xiju, Aldeia Sapukay, 37 anos

Araponga é um pássaro geralmente encontrado no Brasil, no Paraguai e na Argentina, justamente os territórios por onde Seu Augustinho passou.

“ Bom, um dia veio o pessoal de São Paulo (aldeia Tenondé Porã) pra Araponga, veio o Jejokó, seu Altino, veio o Kambá Pyku, Manoel Lima e Nivaldo, foi um grande encontro de caciques. Começamos a conversar e ai eu comecei a falar: ‘na língua português é Araponga mas, como eu sei, eu chamo de Guyraitapu, isso eu ouvi lá na Argentina’. O pessoal falando: ‘ah, esse pássaro é Guyraitapu, isso é um pássaro batendo pedra’, diziam eles. Daí eu lembrei e disse a eles: ‘e por isso nós Guaranis vamos chamar essa Aldeia de Guyraitapu”

Karai Tataedy Oka “Augustinho”, 100 anos, Araponga, 2019





Maria Angela Jaxuka Mibi Rete, 102 anos, e Xeramoi Miguel Karay Tataxi Benite, 121 anos, são os fundadores de Itaxi Mirim - 2019

Outro elemento importante apresentado por ele foi a relação entre o território escolhido e a divindade Nhanderu (Deus). É ele que indica, por meio de sinais e sonhos, para onde deve seguir cada pessoa guarani mbya. No caso da aldeia Itaxi Mirim, Eva também nos relata um pouco dessa relação espiritual e ancestral com o território ocupado:

“ Eu vim de Paraná quando tinha 12 anos. Tivemos que vir porque meu pai não estava bem de saúde, não sabíamos como resolver. Daí, pelo sonho dele, começamos a nossa caminhada: viemos para São Paulo, onde era

conhecido como capoeirão, ficamos durante dois anos por lá. Daí meu pai sonhou novamente para continuarmos a nossa caminhada através de uma luz, nós seguimos para o Espírito Santo na aldeia perto de Aracruz, ficamos mais dois anos por lá. Quando estávamos lá, minha vó, ainda estava viva, Dona Maria dos Santos, (disse): “meu filho, tem uma terra para lá onde eu vivi e o Deus está iluminando seu caminho para vocês irem

para lá (...) e meu pai decidiu “vou tentar saber sobre essa aldeia onde sua avó morou e vamos caminhar para lá”. (...) Tivemos que ficar mais próximos e daí ficamos na aldeia em Bracuí (Angra dos Reis). Saímos de Bracuí e fomos para a aldeia Araponga onde está o pajé seu Agostinho, e lá ficamos mais dois anos até que conseguimos passar para essa terra. E até hoje estamos aqui.

Eva Jera Miri Benite, 50 anos, Itaxi Mirim, 2019

Segundo o Livro “Protocolo de consulta prévia da Tekoa Itaxi Mirim”, feito pela associação de Itaxi Mirim:

“O nome Itaxi significa pedra branca (...) Este nome é uma referência à grande pedra existente na BR 101, próximo à entrada da cidade de Paraty (...) onde existe um mirante voltado para o centro histórico de Paraty, que tem um cruzeiro em seu topo. Segundo os antigos, o aldeamento original era nas imediações desta pedra, que era conhecida como Itaxi, e que a pedra ficava branca sob neblina. Desta forma, a aldeia foi batizada como Itaxi Mirim, ou seja, pedra branca pequena, como um aldeamento reduzido dos descendentes da Itaxi original. (ACIGUA, 2018)”



A violência Juruá

Os Guaranis Mbya foram saqueados na colonização e, ainda nos dias de hoje, pelos juruás. Juruá é o nome pelo qual os guarani chamam os não indígenas. Por isso, querem que sejam devolvidos os seus territórios de direito:

“ Que possamos ter força e boa vontade dos juruás para poder nos dar algo que eles mesmos tiraram de nós.

Karai Tataedy Oka “Augustinho”, 100 anos, Araponga, 2019

“ Para essa aldeia ir para frente no melhor caminho, é difícil se for só uma pessoa lutando para isso, pois chefe juruá (Presidente) é quem está decidindo isso, e está cada vez mais difícil ter esse aumento das nossas terras. Os juruás não estão querendo dar mais pedaços de nossas próprias terras, eles estão acabando com as matas e depois falam que nós estamos acabando com as matas e por isso não querem nos dar mais terras”.

Eva Jera Miri Benite, 50 anos, Itaxi Mirim, 2019



Para os Guaranis Mbya, a perda de sua cultura é uma preocupação e o contato com a cultura Juruá dificulta a permanência de seus modos de vida. Para Eva, a única forma de diminuir a destruição e garantir a permanência da cultura ancestral Guarani Mbya é a ampliação de seus territórios:

“ Hoje em dia estamos cada vez mais crescendo as famílias, parentes, e por isso nosso maior desejo é aumentar a nossa terra não só para nós, mas sim para todos! Um lugar para plantar porque já não temos mais espaço para plantios, as áreas que temos já não estão muito férteis. E, junto, mostrar para as futuras gerações o nosso modo de vida. Nós queremos mais terras, onde tenha mata para que possamos ter as plantas medicinais e também usufruir das matérias primas, nascentes de águas quase não temos mais e tudo isso está sendo dificultado por eles [os juruás].

Eva Jera Miri Benite, 50 anos, Itaxi Mirim, 2019



Agricultura e manejo extrativista:

Roça

Aldeia Araponga	Abóbora (Pescoço, Jacaré redonda, Moranga e Pequena)	Aldeia Itaxi	Algodão
	Cará (Roxo e Branco)		Banana (Maçã, Manteiga, Nanica, Ouro, Prata, Roxa)
	Feijão (Branco, Cipó, Preto, Vermelho)		Coco
	Açaí		Feijão (Carioca, de Corda, Preto)
	Amendoim (Branco / Branco e Vermelho / Vermelho)		Fumo (tabaco)
	Banana (Nanica, Ouro, Prata, Roxa)		Goiaba
	Batata mandioca		Graviola
	Batata-doce (Amarela, Roxa, Roxa e Branca, Roxinha)		Jabuticaba
	Cana (Preta, Roxa, Vermelha)		Jambo
	Jussara		Laranja
	Mandioca (Amarelinha, Branca, Menor)		Limão
	Milho - avati hete i (Amarelo, Branco, Misturado, Pipoquinha, Preto, Roxo, Roxo Maior, Vermelhinho)		Mamão
	Pente de Macaco		Mandioca
	Pindó		Mexerica
	Pupunha		Milho
	Urucum		Pitanga
	Goiaba		Pokã
	Jabuticaba		
	Laranja		
	Limão (2 tipos)		
Mamão			
Jambo			
Pitanga			
Coco			
Ingá			
Graviola			



Julio Karai, liderança da Aldeia Sapukay, nos explicou um pouco os tempos de plantação e colheita da cultura guarani mbya:

“ Arapyau é o tempo novo, é o recomeço de ciclo. Começa a partir do primeiro semestre do ano, de janeiro a junho, e no segundo semestre do ano entra Arayma, que é o tempo antigo. E aí todas aquelas coisas que plantamos são colhidas, porque o tempo é antigo, é de colheita. E tempo novo, onde todas as coisinhas se renovam: floresta, plantio. Como ano novo, né? É o tempo novo, Arapyau.

Julio Garcia Karai Xiju, Aldeia Sapukay, 37 anos



Pesca

Comunidade	O que pesca
Aldeia Itaxi Mirim	Acará
	Bagre
	Caranguejo
	Guaiamum
	Lagosta
	Lambari
	Maria Mole
	Pitu
	Robalo
	Sururu
	Tilápia
Traíra	



Comunidade	O que pesca
Aldeia Araponga	Sururu
	Lambari
	Guaiamum
	Caranguejo
	Bagre
	Acará



Animais nas comunidades

Comunidade	Criação	Caça
Aldeias Araponga e Itaxi Mirim		Capivara
		Cotia
		Gambá
	Galinha	Jacu
	Ganso	Macuco
	Garnizé	Nambu
	Pato	Paca
		Porco do Mato
		Quati
		Saracura
	Tatu	



Opy (Casa de Reza) e Oo (Moradia)

Opy é Casa de Reza. Toda tekoa guarani tem que ter. “É nossa principal sala de aula, praticar a cultura nhadereko. Tekoa é o lugar onde vive a cultura, os modos de viver e ser.” (Julio Garcia Karai Xiju, Aldeia Sapukay, 37 anos)

Em Guarani Oo significa casa. As casas nas aldeias são em sua maioria estruturas que misturam diversas técnicas de construção, porém as mais comuns são as estruturas de pau-a-pique e de bambu, algumas misturadas com alvenaria. Antes, a cobertura das casas era feita de guaricanga e até hoje ainda se usa a cobertura de cavaco, feita de madeira.



Práticas de cuidado/Saúde

As práticas de cuidado e cura das Aldeias são verdadeiros tesouros do conhecimento ancestral Guarani Mbya.

Sobre ser parteira e o fim dessa prática

“ Desde criança eu fumo, faço reza nas crianças e sou parteira. Eu, desde pequena, já acompanhava o parto. Até hoje tem 28 crianças que eu ajudei a nascer. Mas hoje em dia as mães estão com medo das parteiras e por isso eu não mexo muito mais agora e elas também vão mais para o hospital. Aqui mesmo tem apenas três partos que eu fiz. Já olhar eu olho e até ajudo nos remédios caseiros para passar as dores.

Para Mirim “Marciana”, 92 anos, Araponga, 2019

Sobre a perda da sabedoria dos pajés e dos ancestrais

“ Nossas aldeias estão parecendo as casas de juruás, os pajés de antigamente estão quase todos mortos, nossos avós também. Algumas já perderam seus pais ou avós, mas nunca os espíritos dos avós, mães e pais irão morrer. Elas nunca vão partir, é nelas que precisamos levantar as mãos pedindo força e coragem usando o cachimbo com muitas sabedorias

Para Mirim “Marciana”, 92 anos, Araponga, 2019

Festas, Celebrações e Danças

O Coral Guarani

O Coral de crianças Guarani Mbya da Aldeia Araponga se chama Ka'guy ovy, que significa: “Mata verde fechada e intensa, grande floresta”

Dança dos Xondaros

A dança dos Xondaros é realizada para preparar o corpo dos guerreiros.

“ Tem também a dança do Xondaro. Isso é de muito mais muito tempo, é do tempo dos primeiros pajés, de muito tempo mesmo! Xondaro não é só uma pessoa, tem vários Xondaros, um que tinha uma vara para bater e a outra para proteger a porta da casa de reza

Karai Tataedy Oka “Augustinho”, 100 anos, Araponga, 2019





Dança do xondaro



Casa de reza

Nhemongarai: Celebrações

Nhemongarai estão atrelados aos tempos de plantio e colheita. Alguns exemplos de celebrações mencionadas pelos Guarani Mbya são: Batismo dos nomes das crianças, batismo do mel, batismo do milho e batismo da erva mate. Segundo Eva Benite, na Itaxi também são realizados batismos de peixes. “O lambari é um peixinho muito sagrado”. A cerimônia da flecha também é realizada: para cada Xondaro, uma flecha é batizada.

“ **O primeiro semestre do ano tem o significado do batismo, porque o tempo é novo, arapyau, todas as almas e as coisas se renovam. É nesse sentido que em todo primeiro semestre do ano começam todos os tipos de batismo: batismo do milho, dos nomes das crianças, do mel, das coisas né?** ”

Julio Garcia Karai Xiju, Aldeia Sapukay, 37 anos



Turismo de Base Comunitária (TBC)

Algumas dessas práticas festivas, como o Batismo do Milho, o Coral Guarani e a Dança do Xondaro, podem ser presenciadas por juruás nos roteiros turísticos de base comunitária que geram trabalho e renda valorizando o modo de vida tradicional e sua relação sustentável e saudável com a natureza. Mas nem sempre esses rituais são abertos a convidados de fora em todas as aldeias.

Além das celebrações, estão presentes nos roteiros: idas aos atrativos naturais preservados pelas Aldeias, tais como banho de rio e cachoeiras; visitas à casa de reza e outros lugares sagrados, como as ruínas, as roças e espaço das ervas medicinais. Tem também comidas típicas e artesanatos da cultura Guarani. Os roteiros das Aldeias estão indicados na Rede Nhadereko, o núcleo de Turismo de Base Comunitária do Fórum de Comunidades Tradicionais.



Conflitos

Comunidade	Conflito	Problemas	Descrição
Aldeia Itaxi Mirim	Território	Vizinho	O vizinho solta os cavalos para pastar no território da Aldeia, eles estragam as roças
		Grilagem e Estacionamento Irregular	Estacionamento de Juruá
		Alagamento pelo aterramento	Barramento da estrada alagou o terreno da aldeia
	Recursos Naturais	Desvio de Água da TI	Usam água da aldeia
		Retirada ilegal de madeira	Conflito com vizinhos por retirada ilegal de madeira
		Pesca	Conflito com vizinhos que não permitem que os indígenas pesquem
		-	Entra caçador e madeireiro
		-	Roubo de mudas de bananeira
	Infraestrutura	Proibição de pesca	Antes pescavam na Baía de Paraty Mirim e Saco de Mamanguá
		Saneamento	Situação precária dos banheiros, falta de saneamento e abastecimento de água
Saúde		Ausência de remédio e transporte para saúde	
Outros	BR101 e estrada de acesso ao Paraty Mirim	Estrada corta a aldeia. Crianças são atropeladas e jovens saem sem consentimento dos pais	
	Uso de drogas	O contato com a cultura Juruá faz com que substâncias lícitas e ilícitas que geram vícios graves para a saúde cheguem até a juventude Guarani Mbya	
Aldeia Ara-ponga	Recursos Naturais	Conflito com caçador	Juruás que caçam em território Guarani Mbya
		Proibição de pesca	Antes pescava na Baía de Paraty Mirim e Saco de Mamanguá
	Infraestrutura	Saneamento	Situação precária dos banheiros. Falta de saneamento e abastecimento de água
		Estrada	Estrada de acesso à Aldeia
		Saúde	Diminuição de Pessoal e falta de recursos
Escola	Ausência de professores		

Relatos TI Itaxi Mirim

Sobre a precariedade da saúde:

“ E também falando sobre a saúde dos não-índios, não temos nenhum carro que nos atenda para que possamos ir buscar remédios ou nos levar para tomar remédios, pois isso é muito importante para todos nós. Já que não temos mais como usar plantas medicinais das nossas próprias matas, devíamos ter, pelo menos, transporte para a saúde

Eva Jera Miri Benite, 50 anos, Itaxi Mirim, 2019

Sobre a precariedade do saneamento:

“ Nós temos dificuldades muito grandes na aldeia com a água. As caixas são muito antigas, precisamos de mais caixas para algumas casas. Os banheiros estão precisando de reformas

Eva Jera Miri Benite, 50 anos, Itaxi Mirim, 2019



Sobre saúde, educação e a BR101:

“ A saúde e a educação são o que mais nos afeta e é muito difícil. Também temos a estrada que corta a aldeia, passa carros a todo momento e é muito ruim, não temos também onde mais procurar lenhas e isso está sendo muito difícil.

Eva Jera Miri Benite, 50 anos, Itaxi Mirim, 2019



Relatos TI Araponga

Sobre a precarização das estradas:

“ Tem o problema da estrada também que eu falo, falo e falo mas nenhum juruá me ajuda

Karai Tataedy Oka “Augustinho”, 100 anos, Araponga, 2019

Sobre saneamento:

“ A cachoeira que temos não usamos quando chegamos aqui porque tinha uma nascente que nossos antepassados usavam, a cachoeira mesmo só usa os juruás e alguns que vão tomar banho. Para nós o problema é quando tem muita gente lá pra cima e assim teria problemas porque se tiver muita gente acima do rio vinha doença e por isso antigamente tinha doenças.

Karai Tataedy Oka “Augustinho”, 100 anos, Araponga, 2019



Sobre a precariedade da saúde:

“ No Polo Base não tem mais segurança, não tem ninguém para atender telefone. A equipe de saúde trabalha dobrado desde a SESAI. Eles que marcam consulta, fazem várias coisas que antes havia alguém da área administrativa para fazer

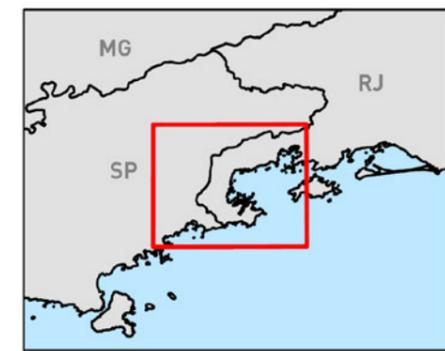
Vera Xunu “Nino Benite”, 38 anos, Araponga, 2019



O artesanato é uma importante fonte de renda para as comunidades indígenas. Além de belíssimas cestarias e adereços feitos em miçanga, os bichos feitos de cacheta e pintados com ferro quente são uma marca étnica do artesanato guarani.

ROTAS DE TRÂNSITO E RELAÇÕES DE TROCAS GUARANI-MBYA

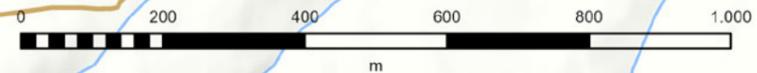
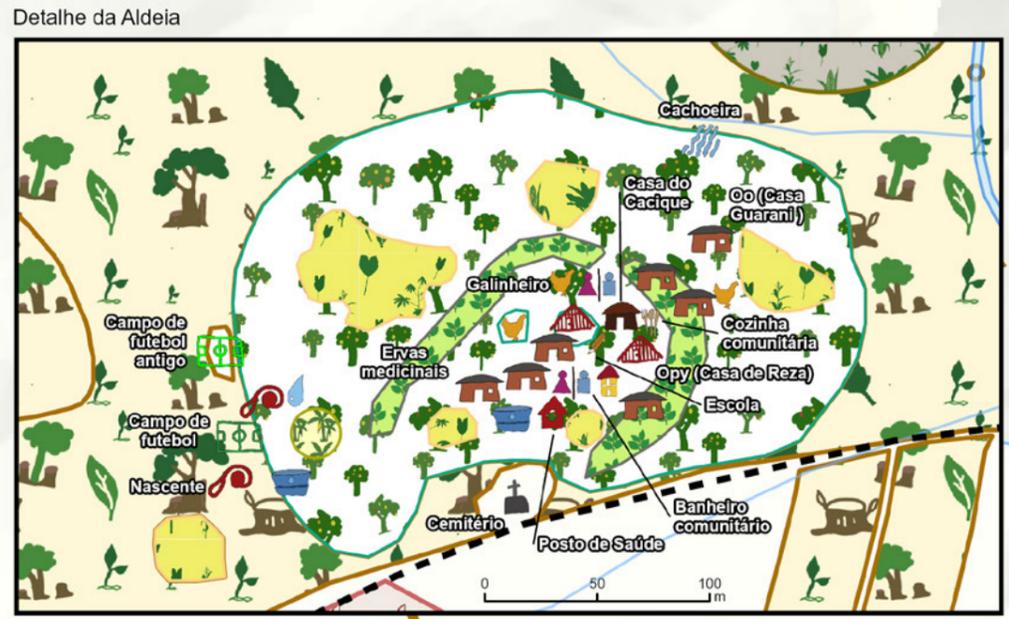
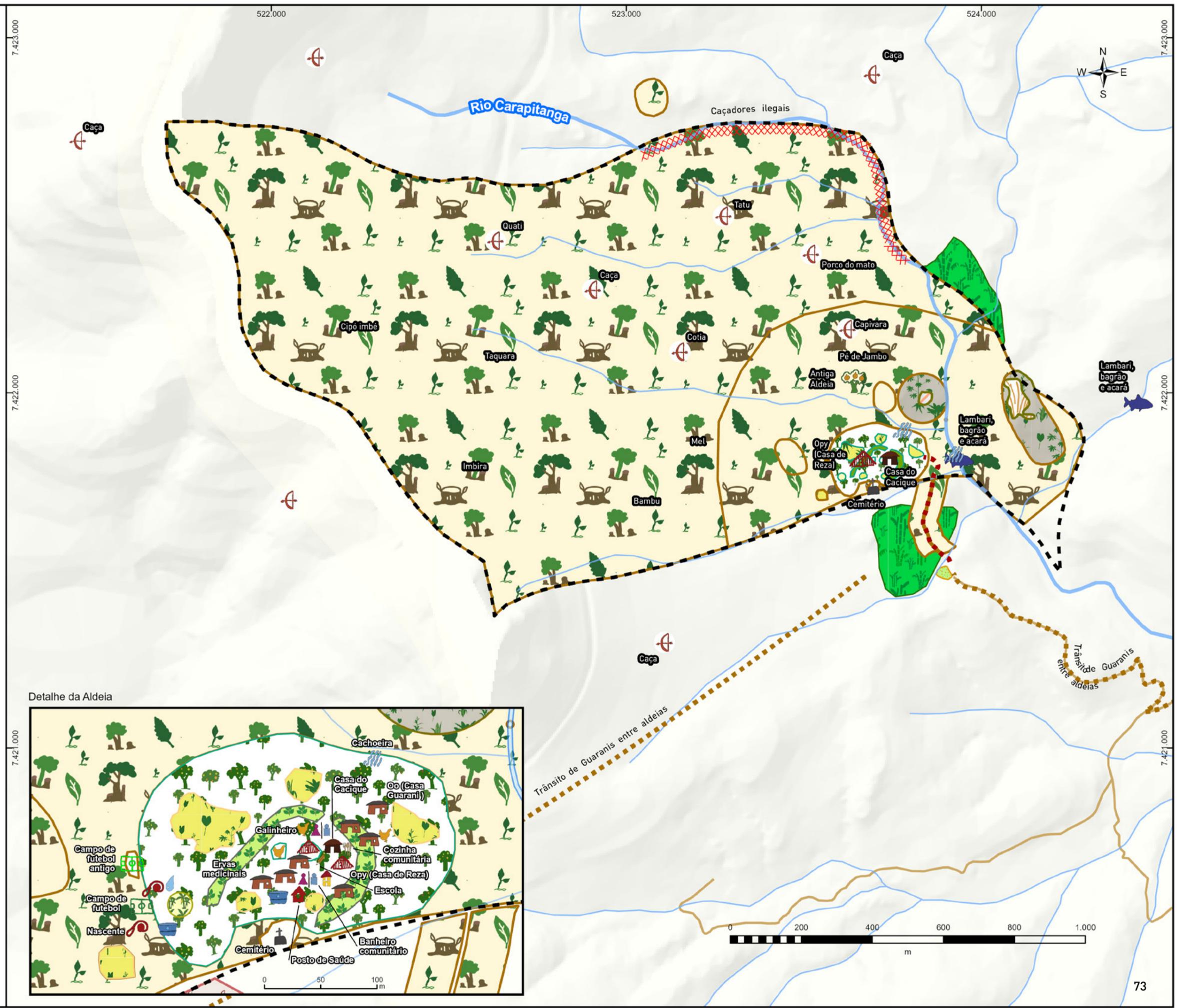
- Aldeia Indígena Guarani-Mbya
- Terra Indígena Guarani-Mbya
- Rota de comércio
- Rota de deslocamento
- Unidade de Conservação de Proteção Integral
- Unidade de Conservação de Uso Sustentável
- Cidade
- Limite Municipal
- Limite Estadual
- Estrada



TEKOA GUYRA'I TAPU (TI ARAPONGA)

Áreas de uso e ocupação tradicional e histórica

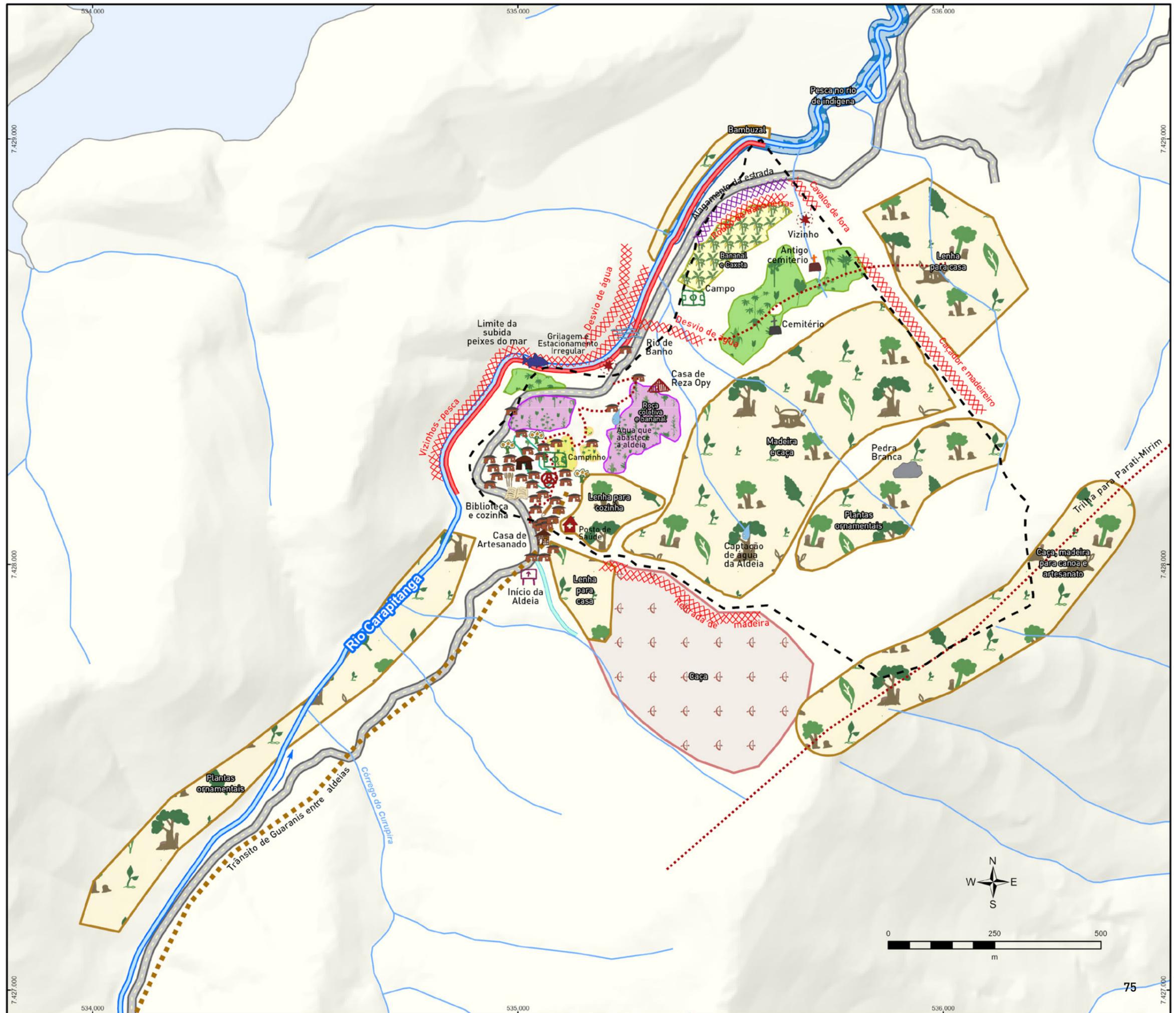
- | | | | |
|--|---------------------------------|--|-------------------------|
| | Casa do Cacique | | Pastagem |
| | Oo (Casa Guarani) | | Roça |
| | Opy (Casa de Reza) | | Roça antiga |
| | Cozinha comunitária | | Taquara e Imbé |
| | Banheiro comunitário | | Yvyra' a ty (frutífera) |
| | Nascente | | |
| | Cachoeira | | |
| | Captação de água | | |
| | Caixa de água | | |
| | Campo de futebol | | |
| | Campo de futebol antigo | | |
| | Cemitério | | |
| | Antiga aldeia Araponga/Jambeiro | | |
| | Rota de deslocamento | | |
| | Trilha da Aldeia | | |
| | Caça | | |
| | Ervas medicinais | | |
| | Galinheiro | | |
| | Bananal | | |
| | Ervas medicinais | | |
| | Extrativismo | | |
-
- | | | | |
|--|--|--|--------------------------------|
| | Turismo e comércio local | | Conflito por recursos naturais |
| | Pousada | | Sítio do Jaime |
| | Conflitos Socioambientais e ocupação não comunitária | | |
| | Infraestrutura e serviços públicos | | |
| | Escola | | |
| | Posto de saúde | | |
| | Limite da Terra Indígena | | |
| | Rio Carapitanga | | |
| | Rio, córrego | | |



TEKOA ITAXI-MIRIM (TI PARATI-MIRIM)

Áreas de uso e ocupação tradicional e histórica

- | | | | |
|--|------------------------------------|---|--------------------------------|
| | Início da aldeia (placa) | | Captação de água |
| | Casa do Cacique | | Captação de água |
| | Opy (Casa de Reza) | | Rota de deslocamento |
| | Oo (Casa Guarani) | | Trilha indígena |
| | Espaço de convivência | Infraestrutura e serviços públicos | |
| | Casa de artesanato | | Posto de saúde |
| | Cozinha comunitária | | Escola |
| | Biblioteca | Conflitos Socioambientais e ocupação não comunitária | |
| | Campo de futebol | | Local de conflito |
| | Yvyra' a ty (frutífera) | | Conflito de território |
| | Caça | | Conflito por recursos naturais |
| | Extrativismo | | Revisão de limites |
| | Bananal | Outros elementos | |
| | Roça | | Limite da Aldeia |
| | Roça comunitária | | Rio Carapitanga |
| | Mba'e ty gue (Roça em pousio) | | Rio, córrego |
| | Área de pesca | | Estrada |
| | Banho de rio | | |
| | Pedra - Rocha | | |
| | Limite de subida no rio dos peixes | | |
| | Cemitério antigo | | |
| | Cemitério | | |



Comunidade Caiçara do Paraty Mirim

A história da Comunidade Caiçara de Paraty Mirim é marcada pela resistência de 30 núcleos caiçaras que vêm sendo obrigados a conviver em seu território com a especulação imobiliária e a ocupação desordenada causadas pelo turismo predatório de massa.

Paraty Mirim é um território de beleza particular. Abriga a foz do Rio Carapitanga, chamado ali de Rio Paraty Mirim, conta com a presença marcante da mata atlântica e com um ambiente costeiro recortado por baías de águas mansas, praias e ilhas, dentre elas a Ilha da Cotia, Algodão e a pequena Ilha das Almas. O manguezal é berçário de diversas espécies de peixes e crustáceos e nas áreas alagadiças há caxetais. A natureza proporcionou à comunidade caiçara a possibilidade de constituir um modo de vida no qual as fontes de alimento, diversão, renda e moradia estão vinculadas ao manejo sustentável dos recursos naturais.

O território está sobreposto pela APA Cairuçu e pela Área Estadual de Lazer de Paraty Mirim. Além disso, possui 8 Sítios Históricos e Arqueológicos tombados pelo Iphan, dentre eles o Complexo Arquitetônico Ruínas de Paraty Mirim e a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, construída em 1721, e que sedia o festejo mais importante da comunidade todo ano, no mês de dezembro.

História

No período colonial, Paraty Mirim fez parte de uma importante fazenda produtora de açúcar e sua praia serviu de porto marítimo para embarque e desembarque de negros escravizados e mercadorias como cachaça e ouro. Esse território foi ocupado por indígenas e, posteriormente, pelos caiçaras. Segundo nos relata de Dona Silvana, matriarca de Paraty Mirim:

“ **A minha vó, mãe da minha mãe, que era índia. A gente tem uma ascendência de índio: a minha filha é igual uma índia, ela parece igualzinha uma tal de Dona Lídia que tinha aí, uma índia, e o meu filho André, ele tinha apelido até de Aritana, esse é morto. Todos os filhos se parecem com índio** ”

*Dona Silvana Alexandrino, 87 anos,
Paraty Mirim, 2019*



Roça e alimentação caíçara

As roças, caças e manejo agroextrativista de Paraty Mirim fizeram parte de um “tempo bom”, aquele em que o caíçara não era criminalizado por praticar suas atividades tradicionais. Segundo relatos, a chegada das Unidades de Conservação, na década de 70, iniciou essa “pressão” sobre o ato de plantar que foi se intensificando com a chegada da Unidade de Policiamento Ambiental (UPAm) em 2012.

“Antigamente não era proibido, a gente podia sobreviver com caça, comia as coisas que criava e quando tinha uma caça a gente comia, mas agora ninguém mais mata caça. Era muito boa [a carne da cotia], só que hoje ninguém mais faz caça, não pode, é proibido. Agora é proibido queimar, proibido derrubar, roçar, a gente não pode mais mexer com o mato

Dona Silvana Alexandrino, 87 anos, Paraty Mirim, 2019



A gente aprende a fazer roça com nossos pais:

“A gente desde dez anos trabalhava na roça, todo mundo. Minha mãe teve dezesseis filhos, todo mundo trabalhou na roça, aprendendo tudo que era de roça, de estudo não, que naquela época nem escola tinha pra gente. A gente só aprendeu a trabalhar... é bastante coisa, é importante

Dona Silvana Alexandrino, 87 anos, Paraty Mirim, 2019



Principais variedades cultivadas nas roças?

As práticas tradicionais vinculadas aos recursos naturais da mata atlântica fazem parte da memória desses mais velhos, um rico conhecimento que vem se perdendo. Atualmente em Paraty Mirim há roças principalmente em locais mais afastados da praia. Já os quintais caíçaras, em todo o território, seguem com muitos pés de árvores frutíferas como: mamão, abacate, jabuticaba, grumixama, pitanga, jambo, jaca, caju amarelo, caju vermelho, limão galego e cravo, lima, laranja pêra, laranja bahia, pokã, mexerica, fruta pão, acerola, abacaxi, ameixa (nêspera), côco, diversos tipos de banana (prata, da terra, pacubita, ouro, roxa), manga e goiaba.

Planta	Época de plantio	Fases da lua
Cana	“Antes plantava bastante, mas agora planta bem pouco”	
Milho	Julho, agosto e setembro. Colheita: 6 meses após plantio.	
Feijão	Fevereiro, março, abril é o melhor período. Agosto e setembro também dá para plantar. Colheita: 3 meses após o plantio.	“Lua ideal para plantar é a Lua Minguante”.
Mandioca Brava	Agosto e setembro: “dá muita vara, cresce muito, mas não dá raiz ou é pouca raiz” Maio, junho e julho: “dá raminha pequena e raiz”.	“Não pode plantar nem três dias antes da Lua Cheia, nem três dias depois, pois é uma lua muito clara, então dificulta e dá bicho”.
Aipim Vassourinha		
Aipim Vermelhinha		
Aipim preta		
Aipim Amarela	Colheita: 1 ano após plantio.	
Aipim São José		
Batata doce roxa	Dicas de Plantio:	
Abóbora	“As plantações devem ser feitas, em sua maioria, na época das águas porque chove mais”.	
Quiabo	“Horta precisa regar de manhã e à tardezinha”.	





Fazer farinha é uma atividade que leva tempo e tem várias etapas. Geralmente quem faz farinha tem seus próprios pés de mandioca. A primeira etapa da produção de farinha é o plantio das ramas. Depois de colhida, a mandioca passa por um processamento, como explica Dona Silvana. A produção de farinha em seu molde mais tradicional envolve o uso de artefatos feitos pelos próprios caiçaras, como os tipitis, balaies, cochos, roda ou rolete e rodo.

O feitorio da farinha de mandioca

“ Você arranca a mandioca, traz pra casa. Esse aqui é o processo: raspa a mandioca, tira a casca dela, lava, seva no rolete, imprensa, que é num tipo um tapiti, pra secar a massa. A gente tinha que imprensar ela bem, deixa secar [umas] duas horas e meia. Aí eu levo pra peneira, sobra aquele

pó. Aí depois você coloca a forma no forno, joga no forno e faz a farinha. Vai mexendo, eu mexia com rodo, agora é a palheta.”

Dona Silvana Alexandrino, 87 anos, Paraty Mirim, 2019

Alimentação tradicional

“ Colhia o feijão da roça pra comer, plantava milho, plantava mandioca, plantava cana, banana, fazia horta. Criava galinha, comia ovo caipira da galinha caipira, fazia café de cana, moía no engenho de madeira, a gente fazia e tomava, fazia farinha da roça. Era muito bom!”

Dona Silvana Alexandrino, 87 anos, Paraty Mirim, 2019

A alimentação tradicional apontada pelos caiçaras de Paraty Mirim é constituída por itens provenientes da roça como batata-doce, a farinha de mandioca, biju, o café de cana, paçoca de banana e bolo com farinha de mandioca; da criação, com ovos e carne de galinha; e também produtos da pesca com diversas formas de preparo, como o peixe escalado (seco e salgado), tainha e parati fritos ou cozidos, pirão de peixe. E há também receitas mais elaboradas como bolinho de aipim com carne moída e azul marinho.

Ameaça às práticas tradicionais

“ Tive que parar, porque eu sozinho não dava conta, meu pai morreu, minha mãe morreu... Hoje em dia, ninguém quer trabalhar na roça mais, hoje é tudo barco, o pessoal faz frete na praia. tá difícil.”

Décio Elis de Lara, 63 anos, Paraty Mirim, 2019

Para os antigos, as práticas tradicionais não são fonte apenas de renda, elas integram seu modo de vida, que valoriza alimentos sem venenos e uma convivência solidária entre os vizinhos:



“ Eu acho que a gente tem que trabalhar enquanto pode, derrubar, roçar, plantar pra colher, pra comer, né? Porque se não fizer da roça, as coisas vão ficando cada vez piores, tudo caro. Não tem um bom emprego, então tem que plantar da roça pra colher. No mercado tudo com veneno. A gente plantando e colhendo é natural, o gosto é diferente, as bananas do mercado que a gente compra não têm doce. E a que a gente colhe da roça é uma banana doce, saudável pra gente comer.”

Dona Silvana Alexandrino, 87 anos, Paraty Mirim, 2019

“ Eu sou feliz, sossegado. Cidade grande não, eu não preciso morar em cidade. [Eu gosto de] trabalhar na roça, tem que ser na roça.”

Décio Elis de Lara, 63 anos, Paraty Mirim, 2019

Pesca

A pesca é parte do modo de vida dos caiçaras. Eles convivem com as águas, doce e salgada, e são ensinados, desde muito cedo, a lidar com os perigos do rio e do mar. Um pouco diferente das roças, a pesca artesanal segue viva no território, sendo praticada por homens e mulheres que enxergam nessas águas a extensão de suas casas.

“ Ah, aprendi com meu pai. Eu era novo, era muito pequenininho, ainda não tinha experiência. Aí meu pai levava pra pescar: ‘ah, lança aqui ó, rema aqui, ó joga a rede aqui, não agarra aqui, aí lançava o pé na rede, ó cuidado’. Eu tinha cinco anos, ia pro mar e ficava pegado com os peixes”

Décio Elis de Lara, 63 anos, Paraty Mirim, 2019

A pesca artesanal e a relação profunda do caiçara com a natureza:

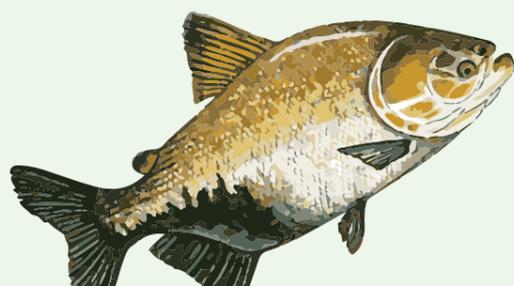
“ O vento é o famoso sudoeste, quando ele vira, ele não vem fraco, e quando você tá na baía aqui, de canoa, de caiaque, pra você romper

é difícil, ele vai levar você pra depois do Algodão, aí se ninguém te buscar de barco, você fica à deriva lá na baía de Ilha Grande. Então é bem perigoso!”

Renato Vieira da Silva, 33 anos, Paraty Mirim, 2019

“ Eu mergulhava no fundo e era tanto peixe bonitinho. Falei: ‘vou matar? Não vou matar, não’, aí desisti. É muito lindo o peixe no fundo do mar, o mais lindo é um coral. No fundo do mar a gente vê, passa a mão assim, é lindo o fundo do mar. No costão vê as coisas mais lindas do mundo, tem muito peixe, peixe desse tamanho assim [aproxima os dedos bem pertinho], vem na cara da gente. É muito bonito.

Décio Elis de Lara, 63 anos, Paraty Mirim, 2019



A diversidade de peixes consumidos pelos caiçaras de Paraty Mirim revela a eficiência dos conhecimentos tradicionais associados à pesca para garantir segurança alimentar, mesmo quando faltam os peixes de valor comercial para venda. A característica do ambiente marinho de Paraty Mirim, com a foz do Rio e a presença do mangue, influencia a atividade pesqueira, diversificando os ambientes e técnicas de captura.

O que pesca	Modalidade de pesca
Camarão Branco, Rosa, 7 Barbas	Pesca dentro da baía e no manguezal com tarrafa, rede, jereré; o 7 Barbas pesca dentro e fora da Baía.
Lagosta	Pesca de canoa costeando o costão rochoso (rede de espera no costão ou no meio da baía)
Marisco	Pedras
Caranhota	Peixe de costeira, pega com rede, arpão, linha
Cavala	Pesca em toda a baía com rede, linha, cerco
Sororoca	
Chicharro, Cara-Pau, Xerelete	
Anchova	
Corvina	
Pescada	
Bicuda	
Robalo e Cambira	Pega na costeira e no rio com rede, linha, arpão
Tainha	Entre maio e agosto, na desova. Pega com rede.
Parati	Tem o ano inteiro. Pega dentro da baía na rede; e no rio pega no mergulho
Badejo	Pega perto da costeira com linha e arpão; Vermelho, Garoupa e Badejo pega também no covo ou jereré
Garoupa	
Sapateiro	
Vermelho	
Carapicu, Caratinga, Carapeba	Linha e rede
Espada	Perto da costeira, com rede e linha
Perajica	Rede
Sardinha	Rede e tarrafa
Lula	Pesca perto da costeira, dentro e fora da baía, com zangarelho. De noite ou de madrugada
Siri	Covo ou jereré

Dona Vera explica como usa o jereré (ou puçá) pra coleta de siri, uma importante atividade tradicional que garante a segurança alimentar dos caiçaras.

“**Tem uma cordinha. Eu amarro a corda na rede e amarro o peixe (a isca). Aí boto pro fundo e fico esperando um pouco. Depois eu puxo e o siri tá agarrado no peixe, aí eu pego [risos]**”

Vera Rita dos Santos, 63 anos, Paraty Mirim, 2019

O cerco fixo flutuante também é uma técnica que os caiçaras de Paraty Mirim dominam, porém, devido às características da baía, devem ser colocados um pouco mais afastados. A Ilha do Algodão possui pontos de cerco, e na saída da baía rumo ao Saco do Mamanguá existe outro.

Os desafios da pesca artesanal:

1) Diminuição do pescado

“**Sardinha tinha muito. Acabou**”

Essa frase é repetida exaustivamente pelos pescadores e moradores da região. Os pescadores cobram providências das autoridades competentes para salvar a pesca artesanal e a cultura caiçara.

“**Tá acabando tudo, diminuiu muito, porque tinha muito e agora quase não tem. Até o camarão que sempre tinha, agora quase não tem mais também, tá bem fraquinho. É difícil porque a gente vive mais da pesca.**”

Vera Rita dos Santos, 63 anos, Paraty Mirim, 2019



2) Criminalização da pesca tradicional

“**Pescava antes no arpão, mas hoje não uso mais arpão. Proibiram de usar arpão. Não pode, só com rede. No fundo do mar não mata mais nada.**”

Décio Elis de Lara, 63 anos, Paraty Mirim, 2019

Segundo relatos, a diminuição do pescado é ocasionada pelo aumento da pesca industrial e do tráfego de embarcações do Pré-sal e pela criminalização de algumas modalidades de pesca. Isso tem impossibilitado que pescadores artesanais consigam sustentar-se com essa prática tradicional e levado diversos moradores a trabalhar em outras atividades vinculadas ao turismo de massa.

“**Tem vezes que meu filho trabalha um dia pra um, um dia pra outro, porque só da pesca está muito fraco. Um filho meu trabalha no Calhaus de caseiro e outro na marina, os dois trabalham de lancha.**”

Dona Vera, Caiçara da Comunidade de Paraty Mirim, 63 anos

“**[Meus irmãos] foram para Angra trabalhar (em) barco de arrastão...**”

Décio Elis de Lara, 63 anos, Paraty Mirim, 2019

3) Pesca de Arrasto

A pesca de arrasto tem sido outro desafio ao pescador artesanal. Os arrastões se aproximam da costa, território das canoas artesanais, para pescar camarão.

“**Foi acabando, acabando [os peixes] aqueles barcos arrastando acabaram tudo. Quando abre a pesca de arrasto de camarão na baía de Paraty Mirim, as traineiras levam tudo, não sobra nada para os caiçaras.**”

Décio Elis de Lara, 63 anos, Paraty Mirim, 2019



MARITÓRIO DO MICROTERRITÓRIO CARAPITANGA

Pontos de pesca

-  Local de pesca
-  Limite da subida dos peixes do rio Carapitanga

Áreas, recursos alvo e técnicas de Pesca

-  Mangue
-  Pesca de camarão e peixe
-  Pesca de caranguejo
-  Pesca de lula
-  Pesca de mergulho
-  Pesca de lula e de mergulho
-  Pesca de siri
-  Pesca de tainha
-  Pesca de tainha e de mergulho
-  Área de pesca
-  Principais rotas marítimas
-  Rota de pesca indígena
-  Conflito por recursos naturais

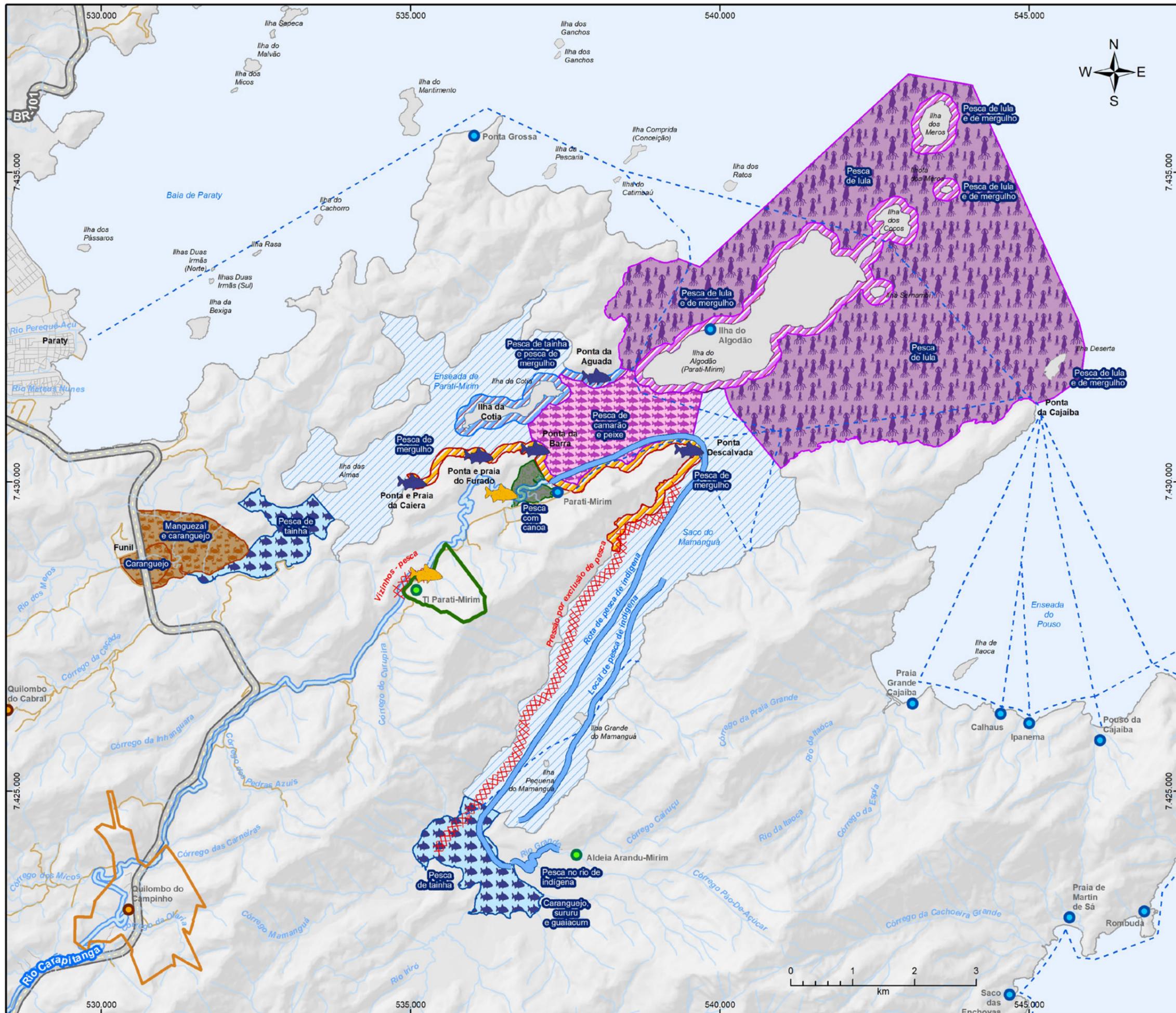
Comunidades Tradicionais

-  Caiçara
-  Indígena
-  Quilombola
-  Terra Indígena
-  Terra Quilombola

Outros elementos

-  Rio Carapitanga
-  Rio, córrego
-  Rodovia BR-101
-  Estrada
-  Rua

LOGOTIPO



Derramamento de Petróleo

“ Nossa [se tiver um vazamento] aí que acaba com tudo. Aí que vai ser difícil pra gente mesmo, que já tá fraco o peixe, já quase não tem mais”

Vera Rita dos Santos, 63 anos, Paraty Mirim, 2019

“ Precisava melhorar essa situação, esse negócio de petróleo aí que tá caindo na água... Se acontecer aqui vai acabar com tudo. O pescador não vai pescar mais porque não tem como pescar, mata tudo.”

Décio Elis de Lara, 63 anos, Paraty Mirim, 2019



Práticas de cuidado / Saúde

Além de remédios caseiros feitos com ervas (ainda muito utilizadas), antigamente as práticas de cuidado envolviam também rezas e simpatias para proteger e curar crianças e adultos.

Usos das ervas medicinais

Ervas	Para o que é bom
Estomalina	“Dor de barriga “Quando a gente tá com dor na barriga, pega é um matinho que a Dona Silvana tem lá, fala que é “estomalina” o nome do remédio, e faz o chá” (Dona Vera)”
Guaco, pitanga, alfavaca, limão, cidreira.	“Tosse Receita de xarope: “cozinha tudo numa panela, depois passa no escorredor, põe o açúcar, põe no fogo mais, põe um pouquinho de mel, e faz o xarope, é muito bom pra tosse!” (Dona Silvana)”
Chapéu de coro	Pedras no rim
Chapéu de coro com terramicina	Pressão alta
Cidreira	Pressão alta
Camomila	Febre
Erva doce	Febre
Pitanga	Febre
Terramicina e santa maria	“Para machucado: “soca terramicina com sal, santa maria, faz emplastro. Outro dia eu caí, machuquei o joelho, fiquei com o joelho desse tamanho. Fiz o emplastro com aquele mato socado, botei álcool, sal e amarrei, fiquei aqui com a perna esticada, no outro dia tava melhor. (Dona Silvana)”
Hortelã	Xarope para tosse
Boldo	Para dor de barriga. Socado para tomar frio ou chá
Trançagem	Xarope para tosse



Festa de Nossa Senhora da Conceição

Paraty Mirim é uma localidade muito importante historicamente no processo de ocupação do território paratiense. Contam os moradores caiçaras que a igreja local é a mais antiga do município, e que em Paraty Mirim desembarcou boa parte dos africanos trazidos para trabalhar nas lavouras de cana e café, mesmo depois de proibido o tráfico negreiro. A padroeira da comunidade, Nossa Senhora da Conceição, é celebrada todo dia 08 de dezembro. Durante décadas, o festejo foi uma das mais importantes celebrações da região e atraía famílias que vinham de toda parte: Saco do Mamanguá, Pouso da Cajaíba, Praia Grande da Cajaíba, Ponta Grossa, Ilha do Algodão, Funil, Pedreira, e de localidades mais afastadas da costeira, como o Campinho. Ao lado da igreja tem um caminho que até hoje é chamado de “caminho da procissão”, cunhado por ser utilizado na circulação dos devotos com a santa no andor. A comunidade caiçara de Paraty Mirim quer restaurar a igreja e incluir a festa da padroeira no calendário do município para manter e celebrar a sua história e seu patrimônio cultural.

“ A igreja mais velha que tem aqui é essa. A gente quando era festeiro montava uma equipe, umas 8 a 10 pessoas, e cada setor de trabalho era um camarada. O mastro

antigamente era levantado uma semana antes da festa. Tinha bingo, leilão de assados, bolo, o pessoal doava as coisas pra festa. Antes o festeiro dava almoço, era frango, carne, peixe, feijão e farinha, que paratiense não passa sem farinha. No sábado à noite, depois da celebração na igreja, era o baile da festa, o forró. Antes era tocador daqui mesmo, meu irmão tocava violão, tinha pandeiro. O Luís Antônio, o Ananias cantava, o Celinho. E tem barraquinha com cerveja, vinho, quem bebe tem cachacinha também. No domingo de manhã é a missa e depois continua a festa. E tem a disputa final do torneio de futebol. Essa praia aí você não passava de tanta canoa e embarcação que vinha o pessoal de fora. Vinha e encostava aqui. Hoje já não tem mais, mas antes isso aqui lotava”

*Manoel Alves da Silva, 66 anos, e
Jurassi Cristo Pereira, 62 anos, Paraty
Mirim, 2021*



Os partos antigamente...

“ Eu moro nessa casinha aqui, só essa casa aqui é de estuque, ela está com cinquenta anos! Eu fiz essa casinha aqui pra ganhar esse filho caçula que nasceu aqui. Todos eles nasceram aqui. Ninguém [fez meu parto], a gente ganhava sozinha, era o calor de querosene, não tinha luz. Deus me deu muita força, minha filha.

Dona Silvana, caiçara e erveira de Paraty Mirim

Artesanato Tradicional

O que é feito

Móveis
Casa
Canoa
Remo
Cestos, barquinhos
luminária etc

Matéria prima

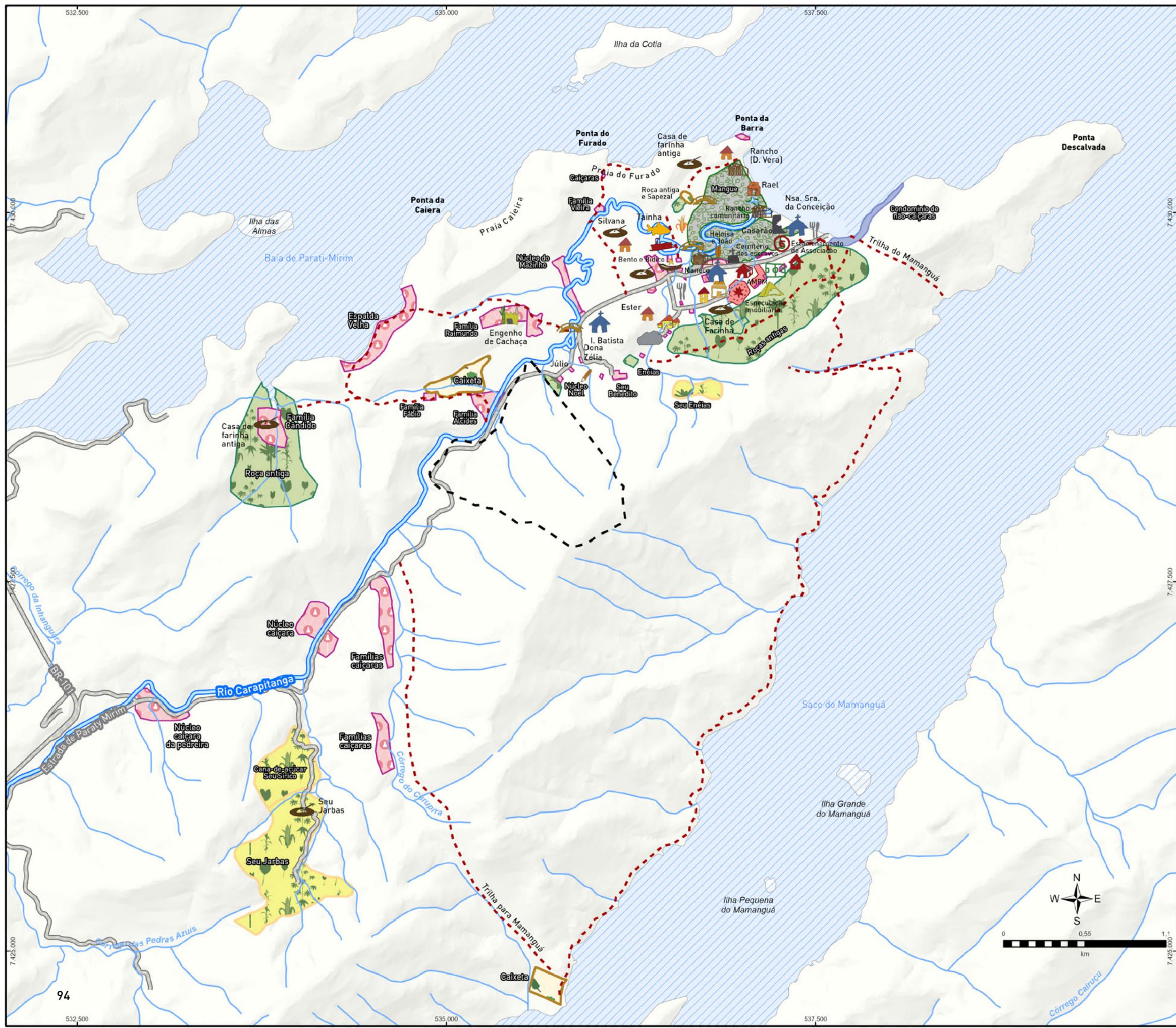
Guapuruvu
Angelim
Caquera
Bicuibas
Cipo
Taquaruçu
Caixeta
Taquara de Lixa



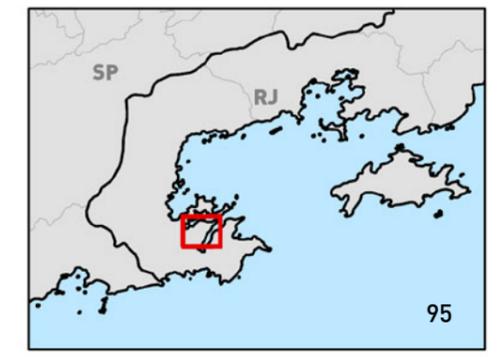
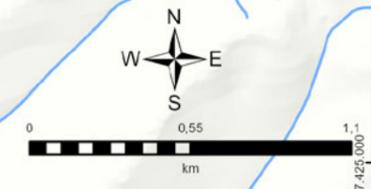
Conflitos

Conflito	Descrição
Especulação imobiliária e grilagem de terra	Zona Populacional Caiçara (Zoneamento APA Cairuçu) com ocupação de grileiros e casas de veraneio
	Coqueiral e estacionamento de não-caiçara
	Construção de condomínio de casas não caiçaras
Território e Recursos Naturais	Turismo de Massa: trabalho precarizado, esgotamento da infraestrutura local e poluição ambiental
	Criminalização das práticas tradicionais (UPAm).
Recursos Naturais	Arrasto e descarrego de peixes por traineiras
	Proibição das práticas e usos tradicionais: roça, caça, agroextrativismo e algumas modalidades de pesca.
Infraestrutura	Possível derramamento de óleo no território pesqueiro
	Péssimas condições de uso da estrada que acessa a comunidade
	Enchentes recorrentes por conta da ocupação desordenada

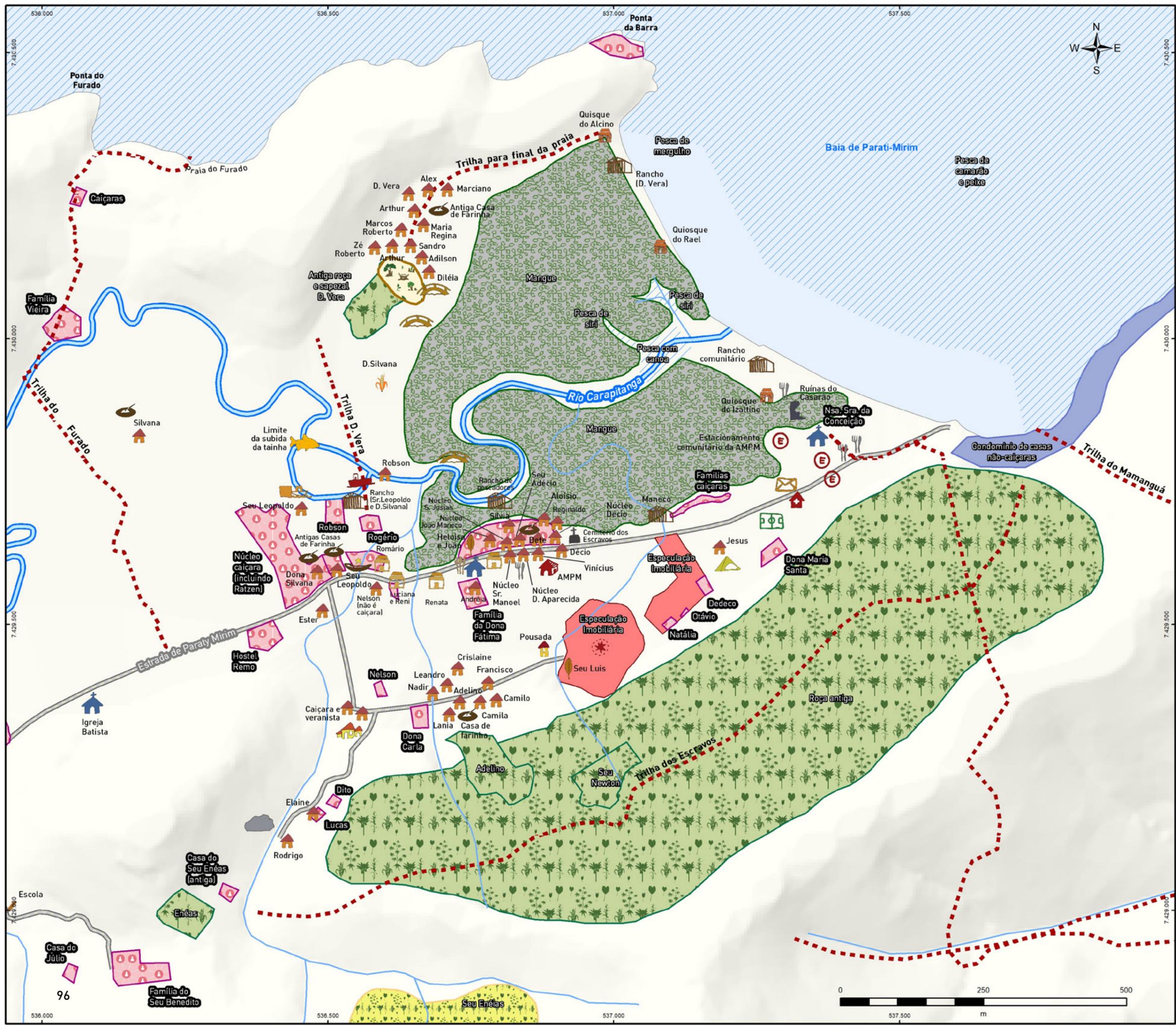
COMUNIDADE CAIÇARA DE PARATY MIRIM



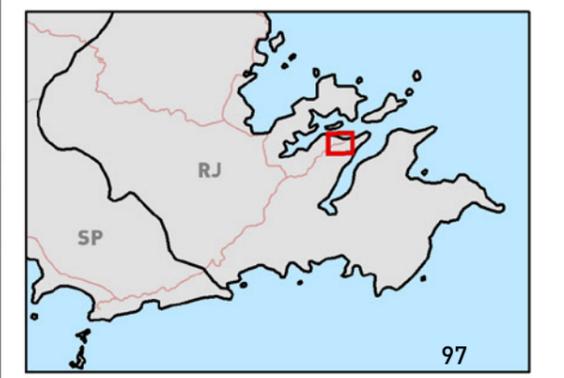
- | | |
|--|---|
| Áreas de uso e ocupação tradicional e histórica | Infraestrutura e serviços públicos |
| Núcleo familiar caiçara | Escola |
| Casa de caiçara | Posto de saúde |
| Extrativismo | Correo |
| Roça | Ponte |
| Roça antiga | Balsa antiga |
| Roça antiga | |
| Casa de farinha | Conflitos Socioambientais e ocupação não comunitária |
| Engenho | Conflito de território |
| Sede da Associação Comunitária | Área de conflito de território |
| Campo de futebol | Área de ocupação não-caiçara |
| Cemitério dos escravos | Condomínio de casas não-caiçaras |
| Artesão | |
| Mestre canoeiro | Outros elementos |
| Ruínas do Casarão | Tekoa Itaxi-Mirim (TI Paraty-Mirim) |
| Igreja | Estrada |
| Rancho de pesca | Rio Carapitanga |
| Limite da subida dos peixes de mar | Rio, córrego |
| Área de pesca | |
| Pedra - Rocha | |
| Mangue | |
| Trilha | |
| Turismo e comércio local | |
| Quiosque caiçara | |
| Mercado | |
| Bar e restaurante | |
| Pousada | |
| Camping | |
| Estacionamento comunitário da Associação | |



VILA DA COMUNIDADE CAIÇARA DE PARATY MIRIM



- | | |
|---|---|
| Áreas de uso e ocupação | Turismo e comércio local |
| Núcleo familiar caiçara | Quiosque caiçara |
| Casa de caiçara | Mercado |
| Roça antiga | Bar e restaurante |
| Roça | Pousada |
| Roças antigas | Camping |
| Casa de farinha | Estacionamento |
| Extrativismo | Conflitos Socioambientais e ocupação não comunitária |
| Mestre canoieiro | Conflito de território |
| Artesão | Área de ocupação não-caiçara |
| Rancho de pesca | Condomínio de casas não-caiçaras |
| Limite da subida dos peixes de mar | Área de conflito |
| Área de pesca | Outros elementos |
| Mangue | Rio Carapitanga |
| Sede da Associação Comunitária (AMPM) | Rio, córrego |
| Campo de futebol | Estrada |
| Cemitério dos escravos | |
| Pedra - Rocha | |
| Ponte | |
| Porto | |
| Balsa antiga | |
| Infraestrutura e serviços públicos | |
| Escola | |
| Posto de saúde | |
| Correio | |
| Igreja | |





A realização do Projeto Povos é uma exigência do licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Ibama.

Projeto **POVOS**
Território, Identidade e Tradição

TERRITÓRIOS DO CARAPITANGA

Projeto **POVOS**

Território, Identidade e Tradição



Executante



Empreendedor



Órgão Licenciador



A realização do Projeto Povos é uma exigência do licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Ibama.



OBSERVATÓRIO
DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E
SAUDES DA BOCAÍNA



Ministério de Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Parceiros

FÓRUM DE
COMUNIDADES
TRADICIONAIS



COORDENAÇÃO NACIONAL
DE COMUNIDADES TRADICIONAIS
CAÇARAS

MBU